



Ensino Liceal ou Técnico? Estratégias socioeducativas dos pais vianenses (1888-1947)

(High school education or technical training? Socio-educational strategies of students' parents in Viana do Castelo (1888-1947))

Rodrigo AZEVEDO

CITCEM da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RESUMO: A introdução do Ensino Técnico no panorama escolar de Viana do Castelo verificou-se em 1888. No ambiente socioprofissional e educativo desta pequena cidade capital distrital, surgiu, assim, uma alternativa ao ensino que, desde 1853, era ministrado no Liceu. A partir desta realidade, apresenta-se um estudo efetuado sobre a distribuição socioprofissional dos pais dos alunos das duas Escolas, a sua evolução estrutural ao longo de três Regimes políticos e nos três grandes tipos de cursos lecionados – Liceal, Industrial e Comercial. A partir desta base, procurou-se apurar que estratégias socioprofissionais e familiares, muito particularmente no respeitante aos pais que matricularam vários filhos nas duas Escolas, foram seguidas, sendo apresentados, no âmbito de uma análise mais fina, vários estudos de caso. Este trabalho estabeleceu as suas fundações em dois tipos de fontes praticamente inéditas e colocadas num diálogo profundamente revelador e problematizador, muito particularmente os livros de matrículas do Liceus e dos Cursos do Ensino Técnico e os Cadernos de Recenseamento Eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Liceal; Ensino Técnico; estrutura socioprofissional; família; estratégias socioeducativas.

ABSTRACT: Technical training was introduced into the educational landscape of Viana do Castelo in 1888 as an alternative to the academic model practised by the local high school, founded in 1853. This article examines the socio-professional distribution of students' parents in relation to the educational strategy chosen for each child, including parents with children enrolled in both types of education. The study traces the evolution of parents' choices over the course of three political regimes based on a series of detailed case studies. The research is based on a problematising comparative analysis of two mostly unpublished documentary sources: the enrolment books for each school, and the electoral register of the town.

KEYWORDS: high school education; technical training; socio-professional structure; family; socio-educational strategies.

Uma pequena cidade portuária à cabeça de um distrito, o seu Liceu e a sua Escola Técnica

Na segunda metade do século XIX Viana do Castelo era, com cerca de 10000 habitantes¹, a povoação mais importante do Alto Minho. Feita cidade em 1848, esta sede de distrito, instalada na foz do rio Lima, possuía um importante porto, assentando sobre ele boa parte da atividade económica da urbe. Sendo, então, o sexto mais importante porto nacional, no cômputo do valor dos produtos importados e exportados, desenvolviam-se, em

¹ Embora, ao longo do período em causa, tenha havido um crescimento constante da população da urbe vianense, ele foi sempre lento. Assim, segundo o III Recenseamento Geral da População, de 1890, o número de habitantes da cidade era de 9682 indivíduos, subindo para 10704 em 1920 e 11544 em 1930.

seu torno, importantes atividades comerciais e de pesca, existindo também pequenas unidades de construção e reparação navais. As outras atividades industriais eram pouco significativas, reduzindo-se a pequenas oficinas, boa parte delas de cariz artesanal, dos mais diversos produtos, sendo raríssimas aquelas onde trabalhavam dez ou mais operários. Na zona rural envolvente e nalguns locais no interior do perímetro urbano, o trabalho agrícola continuava a marcar predominantemente o quotidiano.

A população era maioritariamente constituída por trabalhadores artesanais, pescadores e marítimos, bem como por aqueles que desempenhavam funções ligadas à atividade comercial (desde trabalhadores braçais a empregados comerciais ou técnicos já especializados, como era o caso dos escreventes, dos empregados bancários, dos funcionários das empresas de tráfico marítimo e dos guarda-livros). Tratando-se de uma capital de distrito, era significativo o número de funcionários burocráticos ligados à administração e à justiça. Do mesmo modo, a existência de regimentos aquartelados na cidade levava a que aí vivesse um número relevante de militares, muitos dos quais provindos de outras partes do país.

O grupo social dominante era composto por uma burguesia ligada à atividade comercial mas que, muitas vezes em conjunto com a aristocracia tradicional ou de recente extração, ancorava parte da sua fortuna na aquisição e posse da propriedade agrícola e urbana. O poder económico-social e político estava, evidentemente, nas mãos desta elite, não desprezando o clero, pertencente à arquidiocese de Braga, de nele participar.

O liceu local foi o último dos previstos nas Reformas de 1836 e 1844 a entrar em funcionamento, o que sucedeu apenas em 1853.² Liceu tratado quase sempre como de segunda classe, raramente nele, ao longo do período em estudo, foi lecionado o curso completo (o que apenas sucedeu entre 1919-1924 e 1925-1928)³. A área geográfica de atração de público desta escola limitava-se essencialmente ao próprio distrito de Viana do Castelo e, mesmo assim, muito particularmente na parte sul deste, tinha que enfrentar a concorrência do poderoso liceu de Braga, que sempre foi um dos mais importantes do país, por nele se ensinar o curso completo e por, durante boa parte do século XIX, a frequência e aprovação em várias disciplinas nele lecionadas serem obrigatórias para as centenas de jovens que, todos os anos, se destinavam ao sacerdócio. De qualquer forma, com o desenvolvimento do sistema de transportes no dealbar do século XX, o liceu vianense também começou

² A criação e instalação já um pouco tardias deste liceu, comparativamente às dos seus congéneres, ficaram a dever-se ao facto de, durante cerca de uma década, se digladiarem nos Órgãos do Poder Central duas posições relativamente à divisão administrativa do Minho – a existência de um único distrito, com sede em Braga, ou de dois, com sede, respetivamente, em Braga e em Viana do Castelo. Assim, só quando esta segunda posição triunfou definitivamente foi possível Viana do Castelo passar a ter Ensino Liceal, já que a instalação de liceus apenas estava, então, prevista para as capitais de Distrito.

³ Assim, só eram oferecidos os primeiros cinco dos sete anos do curso.

a recrutar público nos concelhos bracarenses de Barcelos e Esposende. Escola de pequena frequência, apenas ultrapassou as 200 matrículas anuais em meados da década de 1910, alcançando o máximo de cerca de 300 em 1927.

A Escola Elementar de Desenho Industrial de Nun'Álvares foi inaugurada em 21 de outubro de 1888. No primeiro ano letivo foi frequentada por mais de 250 alunos, mas, tendo logo arrefecido o entusiasmo inicial, o seu quantitativo anual de estudantes, ao longo das décadas seguintes, girou em torno da centena. Em 1914 foi criado o Curso Comercial, passando a Escola a designar-se de Escola Industrial e Comercial. Em 1918 a Escola é menorizada, sendo dividida em duas: Escola de Cerâmica e Trabalhos Femininos e Aula Comercial. Em 1925 foi reinstalada a Escola Industrial e Comercial, passando a oferecer os Cursos Comercial, de Entalhador, de Marceneiro, de Modelador, de Costura Caseira, Corte e Bordados e de Rendas e Tecelagem⁴. A partir daí, deu-se um acréscimo significativo do número de alunos para valores superiores aos verificados no Liceu. Ao contrário deste, que, como todos os seus congéneres, apenas teve frequência diurna, esta Escola sempre disponibilizou cursos diurnos e noturnos.

Algumas questões metodológicas

Este estudo, que pretende ser uma análise problematizadora de dados coletados há já cerca de três décadas, durante o período de investigação preparatório da realização da minha Tese de Doutoramento, mas, na sua quase totalidade, não utilizados nela, visa conhecer, em primeiro lugar, a distribuição socioprofissional dos pais dos alunos das duas Escolas, bem como, na média e longa duração pautada por três diferentes Regimes políticos, a sua evolução e diferenças estruturais. Para além disso, no referente ao Ensino Técnico será também apresentada uma análise especificamente comparativa entre o público paterno dos estudantes do Curso Comercial e do dos Cursos Industriais.

O trabalho aqui apresentado assenta essencialmente na realização de um processo de pesquisa, análise e cotejo de fontes inéditas, ou jamais trabalhadas neste contexto. Assim sendo, a ancoragem bibliográfica é muito escassa, ou, para certos pontos, mesmo inexistente.

O foco de análise incidiu sobre os pais dos 2097 alunos, 525 dos quais do sexo feminino, que frequentaram o Liceu entre 1888 e 1947, dos 1503 estudantes, sendo 361 do sexo feminino, que se matricularam, também entre 1888 e 1947, nos vários Cursos Industriais do Ensino Técnico, e dos 1779 alunos do Curso Comercial, ou da Aula Comercial, seu sucedâneo menorizado, como já se viu, integrados por um contingente de 268

⁴ Ao longo do período que se prolongou até 1947, houve algumas alterações nestas designações e tentativas de criação de novos cursos e extinção de alguns existentes, muito particularmente o de Carpintaria, num movimento que não teria cabimento aqui detalhar. A grande alteração foi a do Curso Comercial ter passado, em 1931, a um Curso de via reduzida – o Curso Elementar de Comércio.

elementos do sexo feminino, que estudaram na cidade vianense, no regime diurno ou noturno, tal como os seus colegas dos Cursos Industriais, entre 1914 e 1947. Foi possível, através da análise dos dados existentes nos Livros de Termos de Matrícula, complementados, nos muitos casos de lacunas, com a pesquisa nos Cadernos de Recenseamento Eleitoral, determinar a profissão exercida por sempre mais de 80% dos pais, informação que, aliás, melhorou percentualmente de modo significativo, quanto mais se avançava ao longo do Século XX.

As profissões foram agrupadas e apresentadas por sectores de atividade, sendo a análise fina também realizada através da divisão nos três grandes períodos históricos compreendidos dentro dos limites cronológicos que servem de baliza à investigação – o de 1888, ano da criação do Ensino Técnico em Viana do Castelo e o de 1947-1948, anos das Reformas dos Ensino Liceal e Técnico de Pires de Lima.

Ao contrário de visões empíricas que, para muitos, se tornaram factos demonstrados, nem os liceus foram apenas frequentados pelos grupos sociais de elite, nem um número significativo de elementos destes grupos se recusaram liminarmente a enviar os filhos para o Ensino Técnico, e, ao fazê-lo, tal não sucedeu quase exclusivamente por razões de insucesso na frequência liceal, mas principalmente por opção própria. No concernente a uma pequena capital de distrito, como era Viana do Castelo, isso torna-se bem evidente se se efetuar uma análise comparativa e profunda dos dados referentes às duas escolas secundárias nela existentes e, no caso específico do Ensino Técnico, às duas grandes vertentes de estudos oferecidas. Neste trabalho, tal será ilustrado pela apresentação de diversos exemplos, visando possibilitar a compreensão da forma como a frequência do Ensino Secundário proporcionou, a muitos estudantes, a alteração qualitativa do estatuto socioprofissional de origem.

O conhecimento da atividade profissional desenvolvida pelos pais dos alunos do Liceu e das diversas variantes de Escola do Ensino Técnico vianense proporciona uma visão tanto mais próxima da realidade quanto menor for a percentagem daqueles em relação aos quais se ignora a profissão. Nos Livros de Termos de Matrícula habitualmente, entre os dados pessoais especificamente referentes aos alunos e à sua inscrição, era assinalada a profissão do pai do estudante inscrito. No entanto, verifica-se, como norma raramente violada em muitos estabelecimentos de Ensino⁵, que a escrituração melhorou ao longo do período em equação, tanto devido à funcionalização dos serviços administrativos, que durante muito tempo estiveram entregues apenas a

⁵ A minha experiência pessoal neste campo, reporta-se, no momento atual, ao conhecimento profundo, ou por sondagem intensiva, de mais de uma vintena de instituições escolares liceais, secundárias municipais, do Ensino Técnico, do Ensino Normal, dos Ensinos Primário e Liceal Particulares, do Ensino Primário lecionado em ambiente asilar e, ainda, de uma escola associativa, para além de dados temporalmente lacunares referentes a um elevado número de cadeiras anexas ainda em funcionamento durante a Monarquia Constitucional. Estas instituições tiveram períodos de duração muito variáveis, continuando algumas delas a existir ainda hoje, mas sempre inseridos num longo arco temporal compreendido entre 1834 e o fim da década de 1980.

um professor desempenhando o cargo de secretário, como ao aumento da burocratização e à uniformização dos dados a inscrever nos livros de registo, que só entre as segunda e terceira décadas do Século XX se tornou definitivamente impositiva. Um dos dados mais esquecidos no preenchimento das fichas de matrícula, muito particularmente no Século XIX, foi exatamente o da profissão paterna. Esse registo melhorou significativamente a partir da Primeira República (período em que, em certas instituições, se acrescentou, durante algum tempo, a profissão materna) quase se generalizando no Estado Novo.

Os Cadernos de Recenseamento Eleitoral possibilitam, embora para o período em causa nunca abranjam a totalidade do universo populacional masculino adulto, o conhecimento da profissão dos eleitores, bem como a freguesia onde residiam. O cuidadoso e crítico cruzamento destes dados com os da naturalidade dos alunos, praticamente sempre inserida nos Livros de Termos de Matrícula, possibilitaram aceder ao conhecimento da profissão da grande maioria dos pais relativamente aos quais este dado permanecia ignorado. No caso específico desta investigação apenas foram consultados os Cadernos relativos aos 24 municípios minhotos⁶, tendo os pais naturais de outras regiões do País, Colónias e Brasil sido apenas pesquisados enquanto possíveis recenseados no concelho de Viana do Castelo.

Este processo de pesquisa sistemática possibilitou um conhecimento percentual muito elevado da profissão dos pais. Para o conjunto de anos ainda inserido na Monarquia esta percentagem foi inferior entre cerca de 10,5% a 12% do verificado para o Estado Novo, situando-se o período da Primeira República numa posição intermédia, mas próxima do que o antecedeu. De qualquer modo, a percentagem mínima obtida foi de 82,3%, para o Liceu durante o período monárquico, e a máxima de 94,5%, para a mesma escola entre 1926 e 1947.

Como forma de permitir uma análise facilitadora do fenómeno da distribuição profissional e de evitar a pulverização, que a enorme diversidade de profissões encontradas geraria, estas foram agrupadas em onze diferentes categorias. Foi usada como base desta categorização, procedendo-se depois a adaptações específicas, aquela que foi proposta por António Nóvoa na sua obra *Le Temps des Professeurs*.⁷ No entanto, e dada a especificidade das dinâmicas regionais deste estudo, foram criadas algumas novas categorias e modificadas outras na sua composição. Elas foram as seguintes:

⁶ Quatro Arquivos Municipais, por vicissitudes diversas, não possuíam ou não disponibilizaram a consulta dos respetivos Cadernos – Cabeceiras de Basto, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Vieira do Minho. Nestes casos, como noutros em que existiam lapsos temporais vastos, recorreu-se, como forma de tentar colmatar os períodos em falta, aos Cadernos existentes nos antigos Arquivos dos Governos Cívicos de Braga e de Viana do Castelo, (agora integrados nos respetivos Arquivos Distritais) que, geralmente, não apresentam séries concelhias tão completas como as encontradas nos Arquivos Municipais.

⁷ António Nóvoa. *Le Temps des Professeurs - Analyse Sociohistorique sur la Profession Enseignant au Portugal (XVIIIe-XXe siècles)*. Lisboa: INIC, 1987, Vol. II, Anexos 1 e 2: 885-904.

operário/artesão⁸; operário/artesão⁹; operário/artesão¹⁰; operário/artesão¹¹; operário/artesão¹²;
operário/artesão¹³

⁸ Sob esta designação foram incluídas as seguintes profissões: alfaiate, artista, assentador, barqueiro, broxante, caiador, calafate, canteiro, cantoneiro, carpinteiro, carregador, carreteiro, cavador, cerieiro, cerâmico, cesteiro, chapeleiro, chocolateiro, colchoeiro, construtor naval, cordoeiro, correio, cozinheiro, criado de servir, curtidor, doceiro, eletricista, encadernador, estucador, ferrador, ferreiro, fundidor, funileiro, fogueteiro, forneiro, gráfico, guarda-fios, jardineiro, jornaleiro, latoeiro, louceiro, limador, marceneiro, marchante, marítimo, mecânico, mergulhador, oleiro, operário, ourives, padeiro, pedreiro, pescador, picheleiro, pintor, relojoeiro, remador, sapateiro, seleiro, serrador, serralheiro, servente, serviçal, tamanqueiro, tanoeiro, tecelão, tipógrafo, torneiro e trabalhador.

⁹ Sob esta designação foram incluídas as seguintes profissões: alfaiate, artista, assentador, barqueiro, broxante, caiador, calafate, canteiro, cantoneiro, carpinteiro, carregador, carreteiro, cavador, cerieiro, cerâmico, cesteiro, chapeleiro, chocolateiro, colchoeiro, construtor naval, cordoeiro, correio, cozinheiro, criado de servir, curtidor, doceiro, eletricista, encadernador, estucador, ferrador, ferreiro, fundidor, funileiro, fogueteiro, forneiro, gráfico, guarda-fios, jardineiro, jornaleiro, latoeiro, louceiro, limador, marceneiro, marchante, marítimo, mecânico, mergulhador, oleiro, operário, ourives, padeiro, pedreiro, pescador, picheleiro, pintor, relojoeiro, remador, sapateiro, seleiro, serrador, serralheiro, servente, serviçal, tamanqueiro, tanoeiro, tecelão, tipógrafo, torneiro e trabalhador.

¹⁰ Sob esta designação foram incluídas as seguintes profissões: alfaiate, artista, assentador, barqueiro, broxante, caiador, calafate, canteiro, cantoneiro, carpinteiro, carregador, carreteiro, cavador, cerieiro, cerâmico, cesteiro, chapeleiro, chocolateiro, colchoeiro, construtor naval, cordoeiro, correio, cozinheiro, criado de servir, curtidor, doceiro, eletricista, encadernador, estucador, ferrador, ferreiro, fundidor, funileiro, fogueteiro, forneiro, gráfico, guarda-fios, jardineiro, jornaleiro, latoeiro, louceiro, limador, marceneiro, marchante, marítimo, mecânico, mergulhador, oleiro, operário, ourives, padeiro, pedreiro, pescador, picheleiro, pintor, relojoeiro, remador, sapateiro, seleiro, serrador, serralheiro, servente, serviçal, tamanqueiro, tanoeiro, tecelão, tipógrafo, torneiro e trabalhador.

¹¹ Sob esta designação foram incluídas as seguintes profissões: alfaiate, artista, assentador, barqueiro, broxante, caiador, calafate, canteiro, cantoneiro, carpinteiro, carregador, carreteiro, cavador, cerieiro, cerâmico, cesteiro, chapeleiro, chocolateiro, colchoeiro, construtor naval, cordoeiro, correio, cozinheiro, criado de servir, curtidor, doceiro, eletricista, encadernador, estucador, ferrador, ferreiro, fundidor, funileiro, fogueteiro, forneiro, gráfico, guarda-fios, jardineiro, jornaleiro, latoeiro, louceiro, limador, marceneiro, marchante, marítimo, mecânico, mergulhador, oleiro, operário, ourives, padeiro, pedreiro, pescador, picheleiro, pintor, relojoeiro, remador, sapateiro, seleiro, serrador, serralheiro, servente, serviçal, tamanqueiro, tanoeiro, tecelão, tipógrafo, torneiro e trabalhador.

¹² Sob esta designação foram incluídas as seguintes profissões: alfaiate, artista, assentador, barqueiro, broxante, caiador, calafate, canteiro, cantoneiro, carpinteiro, carregador, carreteiro, cavador, cerieiro, cerâmico, cesteiro, chapeleiro, chocolateiro, colchoeiro, construtor naval, cordoeiro, correio, cozinheiro, criado de servir, curtidor, doceiro, eletricista, encadernador, estucador, ferrador, ferreiro, fundidor, funileiro, fogueteiro, forneiro, gráfico, guarda-fios, jardineiro, jornaleiro, latoeiro, louceiro, limador, marceneiro, marchante, marítimo, mecânico, mergulhador, oleiro, operário, ourives, padeiro, pedreiro, pescador, picheleiro, pintor, relojoeiro, remador, sapateiro, seleiro, serrador, serralheiro, servente, serviçal, tamanqueiro, tanoeiro, tecelão, tipógrafo, torneiro e trabalhador.

¹³ Sob esta designação foram incluídas as seguintes profissões: alfaiate, artista, assentador, barqueiro, broxante, caiador, calafate, canteiro, cantoneiro, carpinteiro, carregador, carreteiro, cavador, cerieiro, cerâmico, cesteiro, chapeleiro, chocolateiro, colchoeiro, construtor naval, cordoeiro, correio, cozinheiro, criado de servir, curtidor, doceiro, eletricista, encadernador, estucador, ferrador, ferreiro, fundidor, funileiro, fogueteiro, forneiro, gráfico, guarda-fios, jardineiro, jornaleiro, latoeiro, louceiro, limador, marceneiro, marchante, marítimo, mecânico, mergulhador, oleiro, operário, ourives, padeiro, pedreiro, pescador, picheleiro, pintor, relojoeiro, remador, sapateiro, seleiro, serrador, serralheiro, servente, serviçal, tamanqueiro, tanoeiro, tecelão, tipógrafo, torneiro e trabalhador.

operário/artesão¹⁴ operário/artesão¹⁵; empregado de Serviços¹⁶; comerciante¹⁷; funcionário público¹⁸; industrial¹⁹; agricultor²⁰; militar²¹; professor²²; proprietário²³; profissional liberal²⁴; doméstica.²⁵

¹⁴ Sob esta designação foram incluídas as seguintes profissões: alfaiate, artista, assentador, barqueiro, broxante, caiador, calafate, canteiro, cantoneiro, carpinteiro, carregador, carreteiro, cavador, cerieiro, cerâmico, cesteiro, chapeleiro, chocolateiro, colchoeiro, construtor naval, cordoeiro, correeiro, cozinheiro, criado de servir, curtidor, doceiro, eletricista, encadernador, estucador, ferrador, ferreiro, fundidor, funileiro, fogueteiro, forneiro, gráfico, guarda-fios, jardineiro, jornaleiro, latoeiro, louceiro, limador, marceneiro, marchante, marítimo, mecânico, mergulhador, oleiro, operário, ourives, padeiro, pedreiro, pescador, picheleiro, pintor, relojoeiro, remador, sapateiro, seleiro, serrador, serralheiro, servente, serviçal, tamanqueiro, tanoeiro, tecelão, tipógrafo, torneiro e trabalhador.

¹⁵ Sob esta designação foram incluídas as seguintes profissões: alfaiate, artista, assentador, barqueiro, broxante, caiador, calafate, canteiro, cantoneiro, carpinteiro, carregador, carreteiro, cavador, cerieiro, cerâmico, cesteiro, chapeleiro, chocolateiro, colchoeiro, construtor naval, cordoeiro, correeiro, cozinheiro, criado de servir, curtidor, doceiro, eletricista, encadernador, estucador, ferrador, ferreiro, fundidor, funileiro, fogueteiro, forneiro, gráfico, guarda-fios, jardineiro, jornaleiro, latoeiro, louceiro, limador, marceneiro, marchante, marítimo, mecânico, mergulhador, oleiro, operário, ourives, padeiro, pedreiro, pescador, picheleiro, pintor, relojoeiro, remador, sapateiro, seleiro, serrador, serralheiro, servente, serviçal, tamanqueiro, tanoeiro, tecelão, tipógrafo, torneiro e trabalhador.

¹⁶ Neste grupo juntaram-se as seguintes profissões: agente comercial, ajudante de farmácia, ajudante de motorista, amanuense, barbeiro, caixeiro-viajante, cocheiro, contínuo, desenhador, empregado, empregado de armazém, empregado bancário, empregado comercial, empregado de hotel, empregado industrial, empregado particular, empregado de Seguros, escrevente, escriturário, escudeiro, ferroviário, funcionário administrativo, gerente fabril, guarda – livros, inspetor de Seguros, motorista, porteiro, sacristão e topógrafo.

¹⁷ Englobam-se: agenciário, alquilador, armador, botequineiro, comerciante, despachante, estalajadeiro, farmacêutico, livreiro, merceiro, negociante, peixeiro, taberneiro, tendeiro, vendeiro e vendedor ambulante.

¹⁸ Para além do conjunto de profissões que usualmente se consideram como pertencentes à Função Pública (exceto a de professor), incluíram-se as da Magistratura, Notariado, Polícia, Correios e Telecomunicações.

¹⁹ Na maior parte das vezes os membros deste grupo surgem com a designação de *industrial* de seguida da indicação do ramo. Em alguns casos, aparecem com outras referências, tais como empreiteiro ou mestre-de-obras, ou, ainda, hoteleiro.

²⁰ Nela são incluídas as designações de agricultor, lavrador e lavrador caseiro.

²¹ Agrupam-se todos os membros das Forças Armadas, da Guarda Fiscal e da Guarda Nacional Republicana, independentemente do seu posto e função.

²² Sob esta designação englobam-se os professores dos diversos graus de Ensino, tanto Público, quanto Particular, incluindo os regentes escolares.

²³ Inclui, para além dos proprietários, os capitalistas.

²⁴ A ele pertencem: advogado, agente técnico de Engenharia, bacharel, cirurgião, diretor de Colégio, engenheiro, escritor, jornalista, médico, médico veterinário, músico, padre, procurador, regente agrícola e solicitador.

²⁵ É de notar que, por motivos nunca indicados, um pequeno grupo de alunos tinha assinalada não a profissão do pai, mas a da mãe. Em alguns casos, é perceptível que se está em presença de mães solteiras, visto que o nome do pai não surge. Noutros, muito possivelmente, o pai teria falecido, ou abandonado a família. Assim se compreende o aparecimento da categoria de doméstica e de algumas mães inseridas noutros grupos socioprofissionais - funcionário público, professor, comerciante e operário/artesão. Em alguns

1888-1910: Crescimento e diversificação do público do Ensino Secundário no contexto da criação da Escola de Desenho Industrial

O público que matriculou os seus filhos no Liceu vianense ao longo dos 59 anos letivos em análise não teve uma composição socioprofissional constante, sendo, pelo contrário, notória a existência de importantes linhas de evolução em várias categorias.

No período final do constitucionalismo monárquico os agricultores e os proprietários constituíam os dois sectores dominantes entre os pais (as duas profissões juntas representaram 35% do total e 42,5% dos com profissão conhecida). Os primeiros residiam principalmente nas freguesias rurais do distrito vianense, enquanto os segundos se dividiam, quase em parte iguais, entre as mesmas freguesias, a cidade e as capitais concelhias. A expressão agricultor era ainda muito pouco utilizada, sendo designados por lavradores estes indivíduos que, geralmente, dirigiam os trabalhos, por vezes neles participando, nas propriedades agrícolas que possuíam, constituindo a pequena e média burguesia rurais. A palavra proprietário era usada geralmente para indicar boa parte dos mais ricos detentores de terras que, em muitos casos, possuíam também propriedades urbanas, geralmente sob a forma de edifícios e estabelecimentos comerciais que arrendavam. Alguns deles viviam também do empréstimo de dinheiro a juros. Este seria certamente o caso do único pai encontrado neste período, com a referência profissional de capitalista.

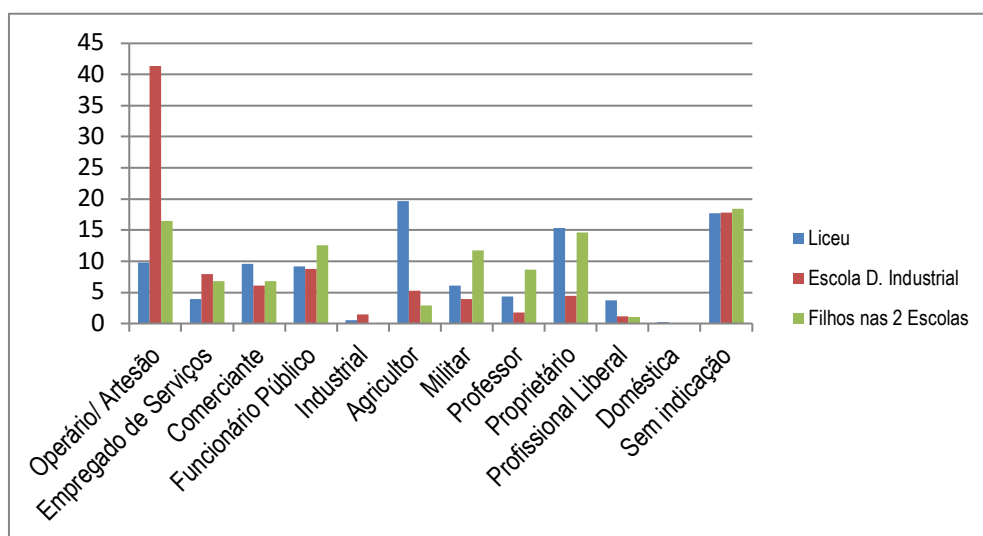


Gráfico 1 Distribuição dos pais, por sectores de atividade, na Monarquia (1888-1909)

Na transição entre os séculos XIX e XX os operários/artesãos, comerciantes e funcionários públicos, representavam, por esta ordem decrescente, pouco mais de 9%, cada um, do total dos pais. Os primeiros, trabalhadores por conta própria, ou de outrem, distribuíam-se por 19 profissões salientando-se, com mais de

dos casos registados no Estado Novo a profissão foi, dada a abertura da inscrição eleitoral a algumas categorias socioprofissionais femininas e às mulheres consideradas como chefes de família, localizada nos Cadernos Eleitorais.

três efetivos, os pedreiros, sapateiros, ourives, carpinteiros, ferreiros e marítimos. Na sua quase totalidade viviam em Viana do Castelo, ou nos seus arredores. Já entre os segundos, dominavam os grandes e médios comerciantes vianenses, existindo, no entanto, um contingente significativo de donos dos mais diversos tipos de estabelecimentos de várias vilas do distrito e de algumas freguesias estrategicamente situadas nas mais importantes vias de comunicação, bem como de donos de pequenas casas comerciais vianenses. Finalmente, o conjunto de funcionários públicos com filhos no Liceu era integrado por indivíduos dos vários escalões hierárquicos, com predomínio dos médios e superiores. Assim, destacaram-se os magistrados (juizes e procuradores), os diretores distritais de vários Serviços, os escrivães judiciais, os chefes de delegações das Finanças e dos Correios, os tesoureiros, os apontadores de obras, os primeiros-oficiais, os telegrafistas e os amanuenses. A sua residência era basicamente urbana com dois núcleos essenciais – Viana de Castelo, em posição dominante, e Ponte de Lima.

Os oficiais de média patente, residentes em Viana do Castelo, ou em torno da fortaleza de Valença, constituíam a quase totalidade dos pais militares (a única exceção foi um sargento) que colocaram os seus filhos no Ensino Liceal, representando 6,1% do total.

Estando profundamente ligados ao processo instrucional, os professores davam especial importância à licealização dos seus filhos. Daí o seu peso específico de 4,3%. Entre estes pais dominavam os professores do Ensino Primário Público, embora também existissem professores do próprio liceu, em número surpreendentemente reduzido, da Escola de habilitação para o Magistério Primário, e do Ensino Primário Particular. Pouco mais de metade vivia nos principais núcleos habitacionais, mas os restantes distribuíam-se pelo Minho rural.

Os empregados de Serviços e os profissionais liberais formaram dois pequenos grupos, cada um com um pouco menos de 4% do total. Os primeiros repartiam-se, em grupos quase da mesma dimensão, entre empregados bancários, ferroviários e um pequeno conjunto de diversas profissões, vivendo, quase todos na capital distrital. Entre os segundos predominavam os médicos (incluindo os cirurgiões), tendo ainda peso numérico os advogados, que habitavam maioritariamente fora do concelho sede.

Os industriais apresentaram-se, bem como as domésticas, de forma meramente residual. Claro que, como já se viu atrás, a expressão numérica daqueles devia então corresponder ao seu escassíssimo peso no contexto populacional distrital.

Apenas doze alunas foram inscritas neste liceu ao longo dos treze anos estudados.²⁶ Duas matricularam-se no ano letivo de 1901-1902, mas a frequência só se tornou ininterrupta a partir de 1906-1907. Sendo apenas uma natural de Monção, as restantes tinham nascido na sede liceal e na vila limiana, ou em torno dela. Os dez pais com profissão conhecida englobavam-se em seis sectores de atividade: metade era constituída por empregados de Serviços²⁷, tendo os restantes as profissões de: comerciante, industrial, cabo do mar, médico e oficial do Exército.

O Ensino Técnico em Viana do Castelo resumiu-se, até 1914, ao ensino do Desenho²⁸, sendo o curso completo, com duração de cinco anos, dividido num ciclo de Desenho elementar e noutra de Desenho ornamental. Muitos dos alunos do curso diurno, principalmente os que, ainda na infância, entravam na Escola²⁹, mas certamente também bastantes do curso noturno, eram, á entrada, analfabetos, tinham uma alfabetização rudimentar, ou não tinham completado o Ensino Primário, já que não era exigida a aprovação deste para a matrícula na Escola. Serafim de Sousa Neves, o único professor do Ensino Industrial desta Escola desde a sua fundação em 1888 até 1923 e seu diretor ao longo desse período, com um pequeno interregno durante o sidonismo e a Monarquia do Norte, era explícito quanto às consequências posteriores de tal paradoxo:

Da escola de desenho industrial Nun'Álvares têm saído ótimos alunos, distintos nos ramos de desenho que nela aprenderam. É deplorável ver que tantos desses, de rara habilidade, continuem na vida prática, sem saberem redigir uma simples carta e sem saberem resolver os correntes problemas de aritmética elementar. Só com a bagagem do desenho não podem ser bons operários nem abrir caminho na vida.³⁰

Nas décadas iniciais da Escola o seu poder de atração exercia-se essencialmente sobre residentes na cidade vianense e seus arredores, bem como, principalmente quanto aos frequentadores do curso diurno, moradores das localidades onde se situavam as estações e apeadeiros da Linha do Minho no troço entre Barcelos e Caminha, ou perto delas.

²⁶ Nos anos letivos de 1886-1887 e 1887-1888 uma jovem tinha frequentado o Liceu, sendo a primeira a fazê-lo em todo o Minho. Era filha de um professor do próprio estabelecimento de Ensino.

²⁷ Um só era referido como empregado, enquanto os restantes tinham a profissão de: amanuense, escriturário, empregado bancário e ferroviário.

²⁸ Segundo o Artigo 3.º do decreto de 3 de janeiro de 1884, que criou este tipo de Escolas: *Estas escolas terão por fim ministrar o ensino do desenho exclusivamente industrial e com aplicação á indústria ou indústrias predominantes nas localidades, onde são estabelecidas.*

²⁹ A idade mínima de entrada no regime diurno era de 6 anos para o sexo masculino e de 7 anos para o sexo feminino. Já quanto ao regime noturno essa idade subia, relativamente aos dois sexos, para 12 anos.

³⁰ Ofício n.º 256 de 21 de abril de 1914, in livro n.º 4 do *Copiador de Correspondência Expedida* da Escola Elementar de Desenho Industrial Nun'Álvares.

O conjunto dos pais dos alunos³¹ da Escola de Desenho tinha uma composição socioprofissional muito diferente do seu congénere do Liceu. Como se pode ver no Gráfico 1, os filhos dos operários e artesãos constituíram, de forma destacada (com 41,4 %), o principal público do Ensino de Desenho em Viana do Castelo. Desde logo, o número de profissões dos pais membros deste grupo era significativamente superior – 33 – ao verificado no Liceu. As profissões com mais de 10 casos foram, por ordem decrescente de importância: sapateiro (46 elementos), alfaiate, marceneiro, carpinteiro, marítimo, pescador, caiador, pedreiro e pintor. Aqui vê-se o alargar da gama de profissões mais participativas encontradas para o caso liceal, para outras ligadas à confeção de roupas, trabalho da madeira, construção civil e pesca. A Viana da habitação degradada citadina ou dos arredores, mesmo da outra margem do Lima, dos bairros populares medievais e da zona piscatória surge aqui, procurando proporcionar a muitos dos seus jovens (seis dos quais raparigas) um novo tipo de formação que os munisse de habilitações específicas para desempenharem tarefas qualificadas no artesanato e na indústria.

Os restantes sectores de atividade tiveram uma participação muito menor e fortemente pulverizada. Entre 8,8% e 5,3% encontraram-se os funcionários públicos, empregados de Serviços, comerciantes e agricultores. No primeiro caso, dominaram os postos inferiores e médios do funcionalismo, com destaque para os funcionários dos Correios, telegrafistas, amanuenses, escriturários e polícias. Já no segundo, os barbeiros foram cerca de 25% do total do sector, destacando-se também os ferroviários e os empregados comerciais. Entre os proprietários de firmas comerciais dominava o indefinido termo negociante, seguido de armador, vendeiro e tendeiro. Já nos agricultores, quase todos residentes nos limites urbanos vianenses ou nas freguesias rurais mais próximas, embora os donos de terras fossem a maioria, surgiu um pequeno grupo de lavradores caseiros.

Um pouco abaixo deste grupo, situaram-se os proprietários e os militares. Estes eram maioritariamente oficiais, mas os sargentos, do Exército, da Marinha e da Guarda Fiscal representavam cerca de 40% do total, enquanto aqueles habitavam maioritariamente na cidade, possuindo interesses prediais nela.

Finalmente, três sectores forneceram menos de 2% dos estudantes cada: professor, industrial e profissional liberal. Entre os docentes foram maioritários os do Ensino Primário Público e Particular, mas também marcaram presença os dos Ensinos Liceal e de habilitação para o Magistério Primário. Os industriais tiveram uma participação superior ao verificado no Liceu, mas em consonância com o seu peso demográfico local. Pelo seu lado, músicos, advogados e bacharéis representaram os profissionais liberais.

³¹ Não foram considerados os pais dos alunos que eram maiores de 21 anos, quando da sua primeira inscrição na Escola. Este critério baseou-se nos pressupostos que sendo a maioria então atingida nessa idade e visto que a grande maioria desses estudantes tinha já uma profissão, possuindo, muito provavelmente, autonomia financeira e decididas aspirações de promoção ou mudança profissional, a influência dos pais na sua decisão poderia não ter existido ou sido determinante.

Apenas 23 jovens foram matriculadas na Escola³². Os membros dos três sectores que se acabam de referir, bem como o dos proprietários, não inscreveram no Ensino do Desenho qualquer das suas filhas, tendo a iniciativa partido dos seis restantes³³, com destaque para os operários/artesãos³⁴.

Numa indispensável síntese, podemos dizer que, comparando a participação dos vários sectores socioprofissionais no Liceu e na Escola de Desenho Industrial, três deles tiveram um maior peso, percentual e, principalmente, quantitativo³⁵, neste último estabelecimento de Ensino – operário/artesão, empregado de Serviços e industrial. Quanto aos operários e artesãos, embora seja de salientar o esforço de colocar filhos seus a estudar no Liceu (cerca de um em cada dez estudantes provinha deste grupo) é evidente que o curso oferecido pela Escola de Desenho os atraiu mais, muito particularmente devido a três aspetos – a possibilidade de poderem inscrevê-los ainda na infância e como substituto, porventura mais aliciante, do Ensino Primário, a existência do regime noturno de frequência, que permitia que os jovens trabalhadores, muitos com 12 anos ou pouco mais velhos, pudessem estudar, bem como os novos conhecimentos e capacidades de que ficariam munidos para enfrentarem o mundo do trabalho. Embora num contexto quantitativo e de importância percentual mais reduzido, algo de semelhante sucedeu com os empregados de Serviços. Já os donos de unidades industriais de pequena dimensão terão optado em matricular os seus descendentes preferencialmente no curso técnico, como forma de obtenção de um conhecimento especializado que se poderia revelar como muito importante para a prosperidade das suas empresas.

Os funcionários públicos surgem quase igualmente divididos nas suas opções, com um ligeiro ascendente para a inscrição no Liceu. Não nos podemos esquecer que este era um sector multifacetado, que se estendia dos simples contínuos, ou amanuenses, até aos responsáveis por organismos de âmbito distrital, e com nítidas

³² É de salientar que o pequeníssimo número de alunas adultas matriculadas no regime noturno e aqui não tratadas, pelas razões já aduzidas, foi constituído quase totalmente por professoras do Ensino Primário que, talvez procurassem, no estudo do Desenho, obter uma formação, passível de ser aplicada na sua prática letiva, que não era ensinada no curso de habilitação para o Magistério Primário. Além disso, não se pode esquecer que, nessa época, muitas professoras ainda nem este curso possuíam.

³³ Note-se que nenhuma doméstica matriculou um dos seus filhos na Escola ao longo do tempo em análise.

³⁴ A distribuição das profissões paternas foram as seguintes: três pais – lavrador e oficial do Exército; dois – sapateiro; um – ajudante de Farmácia, alfaiate, amanuense, apontador de Obras Públicas, empregado comercial, barbeiro, jornalista, marítimo, negociante, pescador, sargento da Guarda Fiscal, telegrafista, vendeiro. É de notar que um barbeiro e um telegrafista matricularam duas filhas cada.

³⁵ Nos diversos casos em que um aluno frequentou as duas escolas, ele entrou nas duas contabilizações de matrícula. Considero ser esta opção a melhor, pois, embora, o pai fosse o mesmo, está-se aqui a avaliar a participação do sector profissional em que ele se incluía e não a sua, considerada de forma individual.

diferenças de fortuna, de possibilidades e de enfoque diverso quanto à conveniência de frequência de um ou do outro estabelecimento de Ensino.

Mais de um terço dos filhos dos militares e comerciantes foram matriculados no Ensino Técnico. Se a maioria dos oficiais optou pelo Ensino Liceal para os seus filhos, a dos sargentos fez a escolha oposta. Tal mostra uma óbvia divisão determinada pelo escalão hierárquico, mas também pelas possibilidades monetárias e perspectivas, face ao futuro dos seus descendentes, de cada um destes grupos de militares profissionais. No respeitante aos comerciantes apenas se pode dizer que a generalidade dos residentes fora do concelho vianense matriculou os seus descendentes no Liceu, enquanto os moradores naquele se dividiram praticamente de forma simétrica nas suas opções.

Os professores e, muito especialmente, os profissionais liberais, os proprietários e os agricultores optaram decididamente pelos estudos liceais, já que a escolha contrária só foi feita, entre 28,2%, para os primeiros, e 20,2%, para os últimos, dos casos. Para estes grupos, por razões de prestígio ou/e ascensão social, a escolha do Liceu era a decisão óbvia.

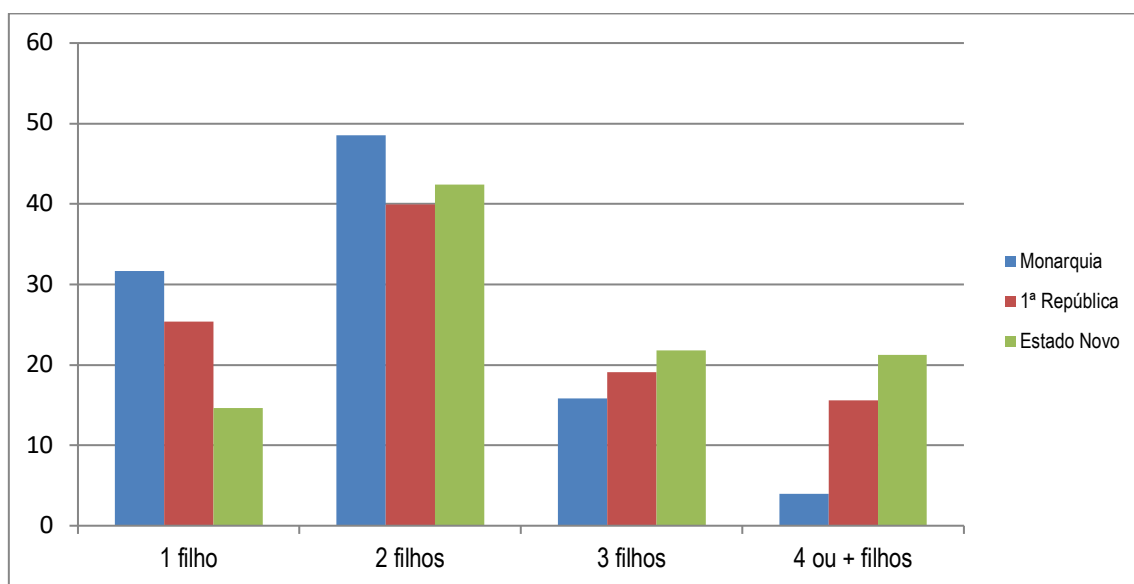


Gráfico 2 Número de filhos estudantes, por pais, em percentagem (1888-1947)

Muitos pais inscreveram mais de um filho no Liceu ou na Escola de Desenho. Assim, a média de alunos por pai foi, neste período, de 1,2 no Ensino Liceal e 1,4 no Ensino Técnico. Um contingente significativo de pais matriculou o mesmo filho, ou filhos diferentes, nas duas instituições. Tal sucedeu com 9,8% do total dos pais. Como muitos destes pais inscreveram dois ou mais filhos (ver o Gráfico 2), isso levou a que 17,8% dos estudantes do Liceu e 19,9% dos da Escola de Desenho tivessem irmãos no outro estabelecimento de Ensino (ver o Gráfico 3).

Um pouco menos de um em cada três destes estudantes foi matriculado pelos seus pais nas duas Escolas, simultânea ou sucessivamente. Uns frequentaram em anos letivos diferentes as duas instituições, em vários casos após reprovação numa delas, mas, outros fizeram-no, após concluírem um dos cursos, ou, pelo menos, o seu primeiro ciclo. Alguns destes e a maioria dos que de dia frequentavam o Liceu e de noite a Escola, concluíram o Ensino Liceal noutra Liceu (geralmente no de Braga) e inscreveram-se na Universidade de Coimbra, no Ensino Politécnico, na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, na Academia de Belas-Artes da mesma cidade, ou numa das três Escolas de Farmácia existentes. Sendo o conhecimento do Desenho tão importante para as disciplinas científicas, parece óbvio que a frequência do Curso de Desenho Industrial, pelo menos no concernente ao seu primeiro ciclo generalista, fosse considerado importante para jovens que vieram a ser médicos, médicos-cirurgiões, engenheiros, bacharéis em Filosofia (atenta a vertente científica de que este curso se revestia então em Coimbra), ou em Matemática, professores liceais destas últimas áreas, pintores, escultores, ou arquitetos.

Cerca de metade destes pais (48,5%) inscreveu dois filhos, enquanto 15,8% o fez com três filhos e 4% com 4 ou mais filhos³⁶. Este grupo tinha uma composição multifacetada com destaque para os operários e artesãos³⁷.

Este mesmo sector assumia (com 16,5%), como se pode verificar através da análise dos dados do gráfico 1, o protagonismo entre o total de pais com filhos nas duas escolas. É certo que a existência de 18,4% de indivíduos com profissão desconhecida distorce, de alguma forma, estes dados, já que se deve colocar como muito possível que boa parte dos pais com profissão desconhecida e não localizados nos Cadernos Eleitorais, viveriam em localidades fora do Distrito vianense e teriam colocado os filhos ao cuidado de parentes ou de outrem para estudarem em Viana do Castelo, ou teriam profissões que os obrigavam à itinerância. Neste último caso, estar-se-ia essencialmente em presença de militares, certas categorias da Função Pública, incluindo aqui a área de Correios e Telégrafo, e de professores. De qualquer modo, o peso específico deste conjunto paterno não pode ocultar a destacada participação de pais marítimos, ourives, sapateiros e marceneiros, entre várias outras profissões representadas por apenas um elemento.

Os proprietários, os funcionários públicos e os militares foram os outros grupos com mais de 10% do total. Enquanto entre os primeiros se superiorizavam ligeiramente os residentes em ambiente urbano, nos segundos

³⁶ Neste período apenas um pai, cabo do Mar, matriculou mais de quatro filhos, fazendo-o com cinco.

³⁷ Para além de cinco indivíduos sem profissão conhecida, a distribuição foi a seguinte: seis operários e artesãos, três oficiais do Exército, dois empregados de Serviços, dois funcionários públicos, dois proprietários e um professor da Escola de habilitação para o Magistério Primário.

só encontramos quadros médios e inferiores da Função Publica e entre os terceiros apenas havia um sargento inserido num grupo de oficiais.

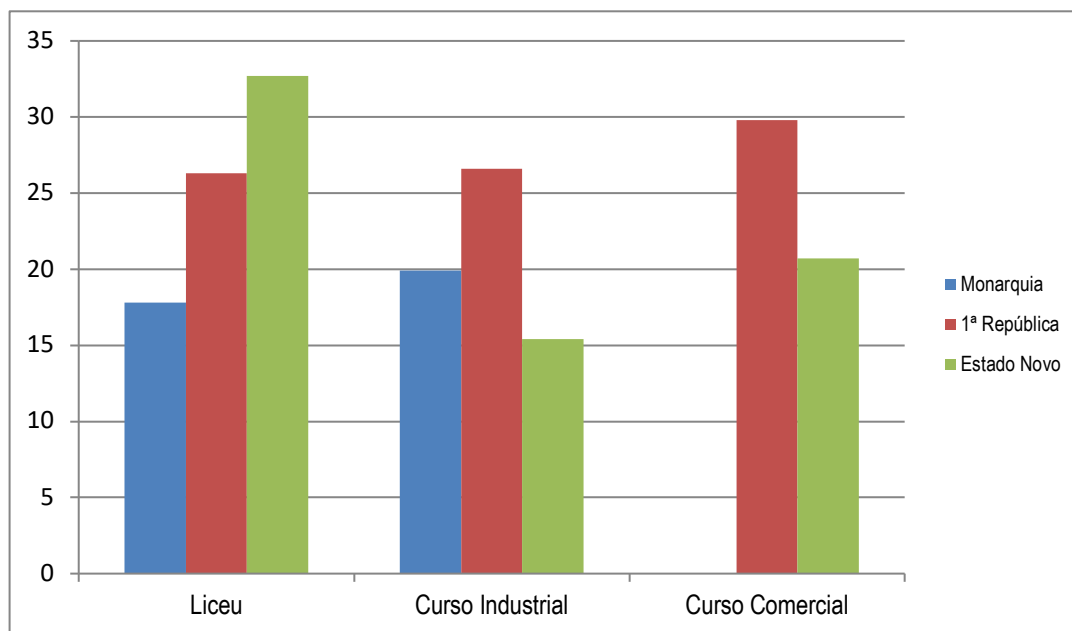


Gráfico 3 Percentagem, por Curso, de pais com filhos na outra Escola (1888-1947)

Nos restantes grupos note-se, por um lado, a forte participação dos professores e, pelo outro, o restrito investimento dos profissionais liberais, com apenas um bacharel a matricular filhos nas duas instituições, e, muito particularmente, dos agricultores.

Dois marcas da Primeira República: O despertar da frequência feminina e o Curso Comercial como nova alternativa de formação

No Liceu, ao longo da Primeira República, embora mantendo-se como sectores relevantes os proprietários e, muito particularmente, os agricultores, tanto uns como os outros viram decair a sua importância entre o público paterno, diminuindo estes últimos cerca de 8% e passando a ser apenas os quartos mais representados. Para este declínio contribuiu certamente a crise provocada pela Primeira Guerra Mundial e o empobrecimento, ou, pelo menos, os graves problemas económicos que muitos produtores agrícolas passaram a enfrentar.

Os funcionários públicos tornaram-se, então, o grupo mais representado, com 14,9% do total. Os quadros pequenos e médios passaram a ter uma significativa relevância numérica, contribuindo determinantemente para aquele facto. Residentes nas sedes concelhias ou nos seus arredores, destacaram-se amanuenses, escriturários, notários, escrivães de Direito, funcionários dos Correios, aspirantes de Finanças, tesoureiros, contadores, secretários das administrações de Concelho, oficiais das Finanças e conservadores do Registo Civil.

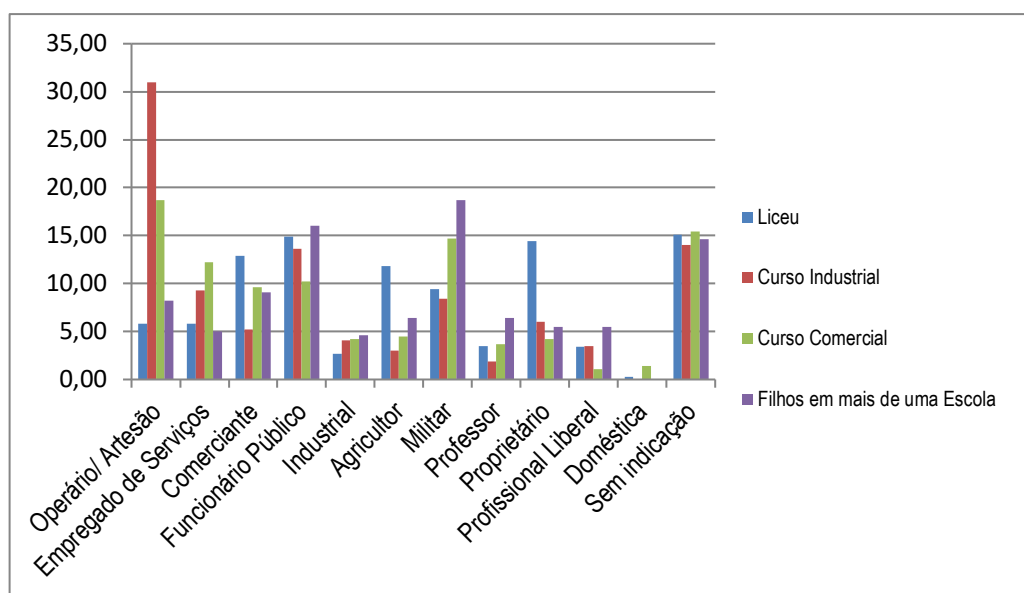


Gráfico 4 Distribuição dos pais, por sectores de atividade, na Primeira República

Os comerciantes intensificaram também o seu peso específico, para 12,9%. Os seus perfis de origem geográfica e profissional são similares aos do período anterior, com incremento dos alunos que viviam em capitais concelhias ligada a Viana do Castelo pela linha férrea. Esta devido à evolução tecnológica, começava a permitir que os estudantes, que viviam a algumas dezenas de quilómetros do liceu pudessem começar a deslocar-se quotidianamente a ele, sem ter que instalar-se permanentemente na cidade onde funcionava, o que diminuía fortemente os custos de ter um filho a estudar num Liceu. Embora como menos de metade do contingente destes, os empregados de Serviços também revelaram um progresso sensível, especialmente quanto aos ferroviários, grupo profissional em que a frequência do Ensino Secundário era visivelmente valorizada. Excetuando estes, a base essencial destes trabalhadores continuava a ser a capital distrital e os seus arredores.

Acrescida passou também a ser a importância dos pais militares. Continuavam a residir, na sua generalidade, nas duas terras com aquartelamentos. Alguns eram membros da nova força criada pela República - a Guarda Nacional Republicana (GNR) - e da Guarda Fiscal (GF). Predominaram os oficiais, mas os sargentos intensificaram a sua presença e surgiram um filho e duas filhas de cabos e soldados.

Enquanto os industriais intensificaram mais de cinco vezes a sua importância, que subiu para 2,7%, os operários e artesãos, os professores e os profissionais liberais decaíram. Os primeiros habitavam em Viana do Castelo, tendo essencialmente pequenas empresas de trabalho de metais, fabrico de móveis, panificação, ou hotelaria, o mesmo sucedendo aos segundos, que a partir da eclosão da Grande Guerra, passaram, devido às crescentes dificuldades económicas que tiveram que enfrentar, a dirigir muito menos os seus filhos para o Liceu. Distribuía-se por dezoito diferentes profissões, mantendo-se em destaque duas das já referenciadas para a Monarquia - pedreiro e carpinteiro - e afirmando-se uma outra resultante das necessidades impostas pelo

progresso tecnológico - mecânico. Os professores diminuíram percentual que não numericamente. Os do Ensino Primário continuaram a predominar, o que, uma vez mais, mostra o fortíssimo empenho que estes agentes da literacia tinham em promover educacionalmente os seus filhos. Finalmente, no concernente aos profissionais liberais, sucedeu um processo de representatividade similar ao dos professores. Instalados essencialmente nas capitais concelhias, os médicos continuavam a dominar, entre oito profissões, destacando-se ainda os advogados, os jornalistas e os padres.

A presença estudantil feminina nesta escola vianense foi muito incrementada ao longo do período republicano, verificando-se um total de 158 novas matriculadas. Membros de todos os sectores de atividade colocaram filhas no Ensino Liceal, com destaque para os funcionários públicos, muito particularmente os notários, bem como membros dirigentes de vários serviços da burocracia estatal. É, assim, perceptível que a maioria dos funcionários públicos com filhas no liceu estava integrada nos escalões hierarquicamente superiores no plano regional.

Os comerciantes e os militares, principalmente oficiais, mas também sargentos, formaram outros dois sectores com significativa procura liceal para as suas filhas. Para além deles, merecem também menção os empregados de Serviços, com destaque para empregados comerciais e ferroviários vivendo na cidade, e os proprietários, grupo com epicentro também em Viana do Castelo, mas formando uma rede espalhada por boa parte do Distrito.

Os restantes sectores estavam ainda representados por um escasso número de elementos. Tal pode ter significados diversos, consoante os sectores. Assim, os profissionais liberais apostariam mais na frequência do Ensino Secundário privado por parte das suas filhas, que apenas faziam exames nos liceus enquanto alunas externas, já que este possibilitaria um maior controlo dos seus comportamentos e da sua educação, para além da aprendizagem das chamadas prendas, que o liceu não disponibilizava. Os professores do Liceu não matricularam nele as suas filhas, só apostando nisso alguns professores primários, apesar das já referidas dificuldades económicas que os afetaram. O mesmo facto deve ter marcado os operários e artesãos, já que apenas um reduzido núcleo de membros de quatro profissões - alfaiate, marceneiro, marítimo e pintor - investiu na licealização das jovens. Já os industriais não investiram percentualmente de forma diferente do verificado para os seus filhos. Os agricultores, pelo seu lado, revelaram uma falta de iniciativa, ou, talvez mais propriamente, uma falta de vontade neste campo. Somente três, residentes em concelhos fronteiriços do Alto Minho, enviaram filhas para o liceu. Aqui passa, certamente, uma fronteira, então quase intransponível, que marca as nítidas diferenças de comportamento entre os proprietários fundiários e os agricultores. Se, para muitos de uns e de outros, era sentida uma necessidade de que os seus filhos se habilitassem com o curso liceal, isso não acontecia com as filhas, sendo as posições nitidamente divergentes. Não radicava a diferença necessariamente em diversidade de fortuna, pois que nem sempre os proprietários seriam mais ricos do que

os agricultores, mas, muito provavelmente, em disparidades sociais e de importância atribuída à escolarização de nível secundário a dar às raparigas, pois que a própria designação da sua atividade, no contexto epocal em que se insere, marcava terrenos encarados como hierarquicamente diferentes.

O estudo dos dois cursos do Ensino Técnico lecionados ao longo da 1ª República foi realizado de forma separada, sendo aqui apresentado de modo comparativo. Tal fica a dever-se a duas razões: em primeiro lugar e como já foi afirmado, o Curso Comercial só ter entrado em funcionamento em 1914 e apenas num pequeno período de anos ser lecionado na mesma Escola onde o era o Curso Industrial e, em segundo e principal lugar, o ter-se verificado uma diferença muito profunda entre as composições socioprofissionais dos pais dos alunos dos dois ramos do Ensino Técnico.

Nos dois cursos é notória a primazia assumida pelo sector dos operários/artesãos, só que com intensidade bem diversa – 31% no Curso Industrial e, apenas, 18,7% no Curso Comercial. No caso do Curso Industrial, é nítida a descida, comparativamente com o período anterior, da participação destes pais. Às razões já aduzidas quanto ao mesmo tipo de queda no caso liceal, é provável que vários factos contribuíssem para que os filhos do operariado, principalmente os que já trabalhavam, reduzissem a sua intensidade de matrícula, muito particularmente as dificuldades colocadas pelos patrões, e várias vezes assinaladas pelos diretores em documentos oficiais, bem como pela Imprensa local, em dispensar os alunos mais cedo para que pudessem frequentar a Escola. Tendo em atenção a diferença no número de filhos matriculados – 107 no Curso Industrial e 61 no Curso Comercial - é de salientar que, nos dois casos estavam representadas 21 profissões. No primeiro Curso distinguíam-se os marítimos (com 17 indivíduos), pintores, alfaiates, marceneiros, sapateiros, carpinteiros, estucadores, pedreiros, pescadores e caiadores, enquanto no segundo os marítimos também foram a profissão com mais elementos (11), seguidos pelos sapateiros, alfaiates, caiadores, estucadores e pescadores³⁸. No Curso Industrial, excetuando os estucadores, todas as restantes profissões já eram, embora noutra ordem de importância, as mais representadas na Monarquia e merece referência o facto das mais salientes do Curso Comercial pertencerem todas a este grupo. A ele também pertenciam os 16 pais que inscreveram filhas nas variantes de Ensino Industrial que foram sendo disponibilizadas (marítimo, alfaiate, marceneiro, carpinteiro e sapateiro). No entanto, apenas um alfaiate inscreveu uma filha no Curso Comercial, incorporando-se, assim, este sector num movimento quase generalizado (apenas dez raparigas foram matriculadas nesta nova oferta de Ensino), por parte dos pais, de evidente entendimento que este tipo de Curso só teria interesse para os jovens, sendo impróprio, até pela dificuldade de encontrar quem lhes oferecesse colocação, para as jovens.

³⁸ Todas as profissões estão apresentadas por ordem decrescente de participação, até ao mínimo de quatro elementos.

Funcionários públicos e empregados de Serviços continuaram a ser os segundos grupos mais representados no Curso Industrial, seguidos, agora, pelos militares. Estes grupos posicionaram-se também assim na variante Comercial, embora os militares trocassem a ordem de lugares com os funcionários públicos. Todos eles cresceram de forma percentualmente significativa, muito particularmente os daqueles que trabalhavam no Sector Público. Na vertente industrial do Ensino os funcionários públicos, provenientes essencialmente das camadas inferiores e médias da hierarquia, representaram 13,6% do total, enquanto na comercial apenas alcançaram 10,2%, com destaque, nos dois casos, para os polícias e no segundo também para os funcionários dos Correios. Só que aqui predominavam as profissões situadas intermediamente na escala. Neste último Curso nenhum destes funcionários inscreveu filhas, ao contrário do sucedido no Industrial, onde o volume de filhas representou cerca de 1/3 dos descendentes matriculados. Já entre os militares verifica-se uma dissonância, visto que entre os estudantes do Curso Industrial predominam os filhos e as filhas dos oficiais (entre este grupo a maioria dos filhos inscritos foram do sexo feminino), enquanto no Curso Comercial a maioria relativa dos alunos era formada por filhos de sargentos. Aliás, a maioria das alunas matriculadas entre 1914 e 1925 neste Curso, seis no total, eram filhas de sargentos, o que pode revelar um desejo de promoção social para os seus descendentes dos dois sexos por parte de membros deste escalão militar, muitos dos quais se integraram nas Forças Armadas apenas com a Primeira Grande Guerra, ou foram promovidos durante ela. Pelo contrário, os oficiais procurariam geralmente para as suas filhas cursos que lhes poderiam ensinar as *prendas* que as meninas deviam possuir e não um curso que as tornasse em especialistas de técnicas comerciais. Finalmente, os empregados de Serviços foram o terceiro sector nos dois casos (com 9,3% no Curso Industrial e 12,2% no Curso Comercial). Os ferroviários voltaram a ser a profissão paterna com maior participação quanto à procura da formação industrial, seguidos dos escriturários e dos empregados comerciais, verificando-se um fenómeno similar quanto à formação comercial, aqui se salientando, ainda, os barbeiros. Embora neste sector tivessem sido inscritos mais alunos no Comércio do que na Indústria, a aposta paterna em especializar os seus filhos nas áreas em que laboravam não parece ter sido muito intensa, e a formação das filhas foi praticamente ignorada, já que apenas uma foi inscrita no novo tipo de Ensino e seis no antigo.

Os proprietários e os comerciantes foram os outros sectores que tiveram mais de 5% de participação no Curso Industrial caindo, de qualquer modo, para cerca de metade, ou menos, do período anterior. As características destes membros da burguesia local eram semelhantes aos encontrados para a Monarquia. Já o seu interesse de formar as filhas nesta área continuou muito reduzido, visto que os proprietários só matricularam três e os comerciantes duas. No Curso Comercial, onde os comerciantes foram os quintos mais representados, com 9,6%, e os proprietários apenas valeram 4,2%, nenhum deles matriculou filhas. Os proprietários urbanos vianenses, bem como alguns capitalistas locais e os comerciantes com estabelecimentos e firmas instalados na cidade, foram quase os únicos a procurar esta nova oferta formativa para os seus descendentes.

Industriais, profissionais liberais e professores tiveram um acréscimo percentual quanto à procura do Curso Industrial para os seus filhos, enquanto os agricultores apresentaram um movimento contrário e as domésticas não estiveram representadas. Os industriais, embora revelando um quase triplicar da procura, continuaram a ignorar este ramo do Ensino para a formação das suas filhas. Já o mesmo não fizeram os profissionais liberais que, devido essencialmente aos músicos, aos médicos e aos procuradores, efetuaram as primeiras matrículas de alunas, em número praticamente idêntico aos dos alunos, neste último caso com a participação dos pais padres. Os professores tornaram-se no grupo menos representado, com 1,9%, dominando os professores primários dos Ensinos Público e Privado, mas marcando presença também os docentes liceais, que começaram a matricular as suas filhas, fazendo-o num número ligeiramente superior ao dos filhos.

Estes quatro sectores tiveram um comportamento marcada por várias diferenças de atuação face à entrada em funcionamento do Curso Comercial. Os agricultores, essencialmente os dos arredores de Viana do Castelo e os de algumas freguesias atravessadas pela Linha do Minho no seu percurso até Caminha, procuraram-no de modo relevante. O mesmo sucedeu com industriais e proprietários, tendo aliás, um industrial de serralharia inscrito uma filha. Algo de similar fizeram os professores de todos os níveis de Ensino lecionados então no Distrito, com destaque para os do Ensino Primário e os do Ensino Técnico, tendo um daqueles enviado uma filha para a Escola. Já os profissionais liberais não deram relevo ao novo Curso, visto que só dois médicos, um jornalista e um diretor de um Colégio encaminham os seus jovens filhos para ele. Já as domésticas inscreveram cinco estudantes, um dos quais rapariga.

Traçando as linhas de força dos comportamentos paternos durante a Primeira República, verifica-se que, por ordem decrescente de importância, os agricultores, os proprietários, os profissionais liberais, os comerciantes, as domésticas, os funcionários públicos e os professores matricularam mais filhos no Liceu do que no conjunto dos dois Cursos do Ensino Técnico. Os dois grupos de donos de terras e/ou propriedades urbanas continuaram a preferir o Liceu para os estudos dos seus descendentes, com valores ligeiramente inferiores ao do período anterior (respetivamente 74,8% e 72,3%), descida cuja responsabilidade foi devida à abertura do Curso Comercial. O mesmo continuou a suceder com os profissionais liberais e os comerciantes, embora com menor amplitude (64,6% e 59,3%). Já as domésticas, funcionários públicos e professores dividiram as suas opções em partes quase iguais, com ligeiro ascendente, nunca superior a 54,5%, do Liceu, revelando-se no caso dos docentes uma redução da importância da escolha desta variante de Ensino.

Os quatro restantes sectores optaram decididamente pelo Ensino Técnico. Industriais, militares e empregados de Serviços, com uma percentagem em torno dos 65%, e os operários e artesãos valendo 81,6%. Visivelmente a abertura do Ensino Comercial contribuiu para a ainda maior procura do Ensino Técnico por parte dos três grupos que já anteriormente tinham optado maioritariamente por ele e parece ter sido determinante na mudança verificada entre os militares, provocando, especificamente, a atração dos sargentos.

Ao longo dos 16 anos em análise intensificou-se o número médio de filhos por pai no Liceu e no Curso Industrial: para 1,4 no primeiro caso e para 1,5 no segundo. Já no Ensino Comercial essa média, apurada num menor número de anos letivos, foi de 1,3. A percentagem de pais com filhos em dois ou nos três cursos subiu significativamente para 14,8% do total. Como se pode verificar através da análise do gráfico 3, intensificou-se fortemente a percentagem de estudantes com irmão, ou irmãos, num outro curso, ou nos dois – 26,3% no Liceal, 26,6% no Industrial e 29,8% no Comercial.

Entre este grupo específico de pais, diminuiu para 25,4% o peso dos que matricularam um único filho em vários cursos, também diminuindo a importância dos que o fizeram com dois. Pelo contrário, os pais com três ou mais filhos passaram a ser um pouco mais de 1/3, verificando-se um acréscimo quadruplicado dos mais participativos, neste caso com saliência para funcionários públicos e militares.³⁹

Neste conjunto de pais empenhados em que os seus filhos, por várias vias, estudassem no Ensino Secundário, assumiram a primazia (cada um dos sectores com 16%) os militares, principalmente os sargentos, mas também os oficiais e os funcionários públicos, através de indivíduos integrantes dos vários escalões hierárquicos, com realce para notários e escrivães judiciais. Para além destes apenas os comerciantes ultrapassaram os 10%, notando-se o contributo dos farmacêuticos. Os restantes sectores surgiram de forma pulverizada, todos com uma importância entre 6,3 e 4,6%. Deste modo, é perceptível que, em contraste com a sua importância no conjunto dos Cursos, os operários e artesãos e os empregados de Serviços revelaram, certamente por razões económicas, mas também de falta de estímulo socioeducativo, uma visível incapacidade de conseguirem investir significativamente na matrícula de mais de um filho.

1926-1947: Nem sempre cada um se manteve no seu lugar

O advento da Ditadura Nacional e a posterior implantação do Estado Novo, com a concomitante evolução dos recursos económicos e da importância atribuída ao Ensino Liceal, enquanto motor de promoção social, ou, local de passagem obrigatória no contexto da confirmação do estatuto já possuído, conduziu a um ritmo de frequência superior ao verificado na República, mesmo integrando a queda consequente ao decurso da 2ª Grande Guerra. Esta evolução ficou principalmente a dever-se ao forte incremento de matrículas por parte do público feminino, com 298 novas alunas, já que o movimento de inscrição de novos alunos foi, embora dentro de um gráfico em caracol, semelhante ao do período anterior.

³⁹ Tendo matriculado quatro a nove filhos foram localizados, para além de cinco sem profissão conhecida: sete funcionários públicos, seis oficiais e sargentos, quatro comerciantes, dois operários, um professor, um proprietário e um médico.

Embora em posições relativas diferentes, mantiveram-se quatro dos cinco sectores mais participativos durante a República, já que apenas os agricultores abandonaram essa situação de destaque, sendo substituídos pelos empregados de Serviços.

Os militares duplicaram o seu peso específico, no grupo de anos com melhor identificação profissional, passando a valer 19% do total e 25% no caso das alunas. Com uma profissão que os fazia circular por todo o País e Colónias, a naturalidade dos seus filhos revelava tal facto, continuando a dominar como locais da sua residência Viana do Castelo e Valença, embora se acrescentassem agora mais urbes concelhias, devido ao importante aumento do número de membros da GNR e da GF. Cerca de 80% destes pais eram oficiais, 17% sargentos e os restantes 3% cabos ou soldados.

Os comerciantes, em ligeiro crescendo, e os funcionários públicos em pequena descida percentual, mantiveram a generalidade das características enunciadas relativamente ao período anterior, embora mereça destaque o facto de os farmacêuticos se terem tornado o ramo dos comerciantes com maior número de descendentes estudantes e de se ter ampliado, lentamente embora, o peso dos escalões mais baixos dos então chamados servidores do Estado. Aqueles, com 16,6%, continuaram a ser os segundos a enviarem mais filhas para o Liceu, enquanto estes diminuíram, comparativamente, o seu esforço anterior. Os empregados de Serviços e os professores formaram um pequeno grupo em torno dos 10%. Os empregados de Serviços duplicaram praticamente o seu valor percentual e tornaram-se o quarto sector mais representado, dado o alargamento geográfico a vilas do interior do Distrito antes não representadas e a uma maior diversificação das profissões dos pais, com a intensificação do número de empregados bancários, lado a lado com os ferroviários, com estes últimos a serem os que mais procuraram este tipo de Ensino para as filhas, e acima dos empregados comerciais. Já os professores, embora só fossem quantitativamente o sexto sector, cresceram ainda mais, alcançando o máximo de 9,5%. Tal deveu-se, certamente, ao significativo aumento de lugares de professor primário na área de atração do Liceu, bem como ao progressivo aumento do empenho dos docentes em investirem na instrução das suas filhas. Os professores liceais e do Ensino Técnico passaram a ter um papel de relevo no grupo, que, no entanto, continuou a ser maioritariamente formado por professores primários de residência dispersa por boa parte do Minho. Saliente-se que, de entre tantos regentes escolares colocados pelo Estado Novo, como forma de desvalorização daqueles professores, apenas um inscreveu um seu descendente – uma estudante – no Liceu vianense.

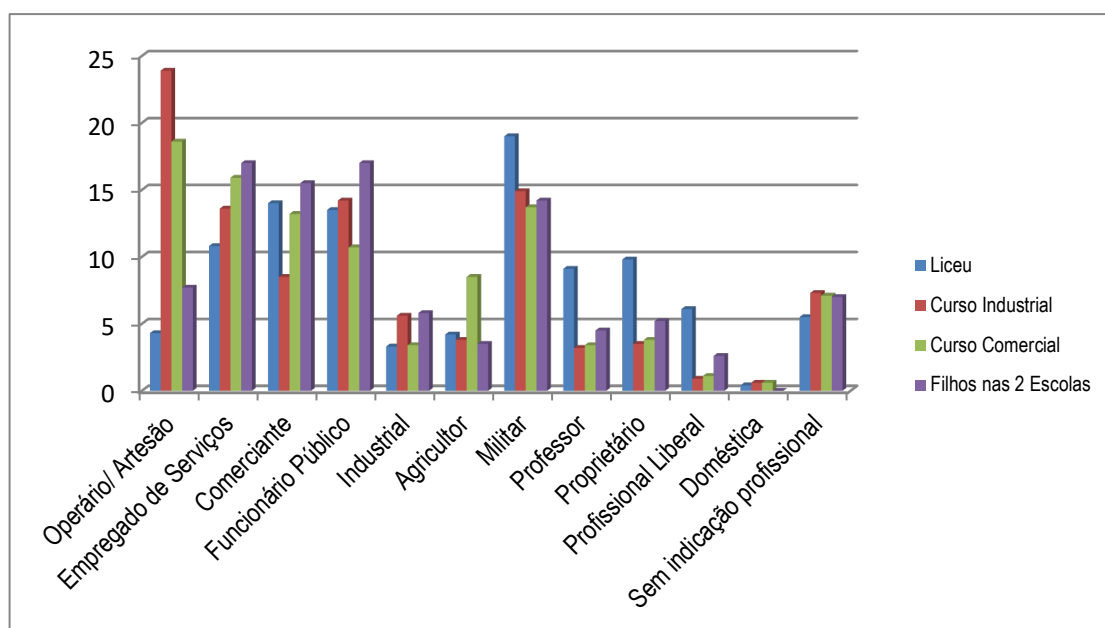


Gráfico 5 Distribuição dos pais, por sectores de atividade, no Estado Novo (1926-1947)

Os proprietários, os agricultores e os operários/artesãos continuaram o processo de redução contínua da sua importância, muito particularmente os segundos que, em consequência das profundas mudanças sofridas pelo sector agrícola e da pauperização em que muitos deles caíram, desceram dos 19,7% do fim da Monarquia para, apenas, 4,2%. Já a redução verificada entre os proprietários, o quinto grupo mais importante, com 9,8%, parece ter-se devido menos às alterações do mundo agrícola, do que às verificadas no mundo urbano. Neste, a administração da propriedade predial como atividade profissional principal, ou única, encontrava-se em forte recuo, o mesmo sucedendo quanto à importância específica dos pais que desenvolviam esta atividade, dentro do universo dos progenitores dos estudantes. Já os artesãos e operários continuavam a trabalhar essencialmente em muito pequenas unidades produtivas, mas cada vez com mais dificuldades em puderem inscrever os filhos no Liceu, com todas as despesas que esse ato significava, e sem verem a possível opção facilitada por um Estado que desejava a manutenção, se possível imutável, das diferenças sociais de classe. Pedreiros, marítimos, carpinteiros e alfaiates foram as profissões mais destacadas. Nestes três sectores a importância específica quanto às estudantes é semelhante ao verificado no respeitante aos seus colegas.

Para concluir, merece saliência o progresso verificado entre os industriais e, especialmente, entre os profissionais liberais. No seio destes, os médicos foram alcançados por uma profissão nova ligada à melhoria da rede viária, à construção de barragens e à entrada em funcionamento, no final deste período temporal, dos Estaleiros de Viana do Castelo – engenheiro -, seguindo-se os inevitáveis advogados. Aliás, foram também os engenheiros que se destacaram no respeitante à inscrição das suas descendentes. Já quanto aos industriais tem de se salientar o facto de serem o único sector com mais filhas do que filhos matriculados.

O Ensino Técnico sofreu, no espaço compreendido entre os anos de 1926 e 1947, um muito forte incremento das matrículas. Tal ficou a deve-se não ao Curso Industrial,⁴⁰ mas, antes, ao importante aumento na procura do Curso Comercial. Este processo teve como consequência a matrícula de 68,6% do total dos estudantes da Escola neste último Curso.⁴¹

Continuando a utilizar o modo comparativo entre as atitudes paternas relativas aos dois tipos de Cursos, é possível constatar que os operários e artesãos continuaram a ser aqueles que mais procuraram proporcionar este tipo de Ensino aos seus filhos. No entanto, a sua importância específica reduziu-se. Já a diferença entre a sua participação nos dois Cursos manteve-se em valores semelhantes, com 23,9% no caso do Industrial e 18,6% no do Comercial. Em relação a este sector profissional, como a todos os outros, é importante assinalar que a melhoria das ligações rodoviárias dentro do concelho de Viana do Castelo e entre ele e os diversos concelhos em seu torno, incluindo os limítrofes pertencentes ao distrito de Braga, bem como a maior rapidez e aumento do número de ligações ferroviárias, possibilitaram a atração, particularmente no contexto do regime de funcionamento diurno, de um público residente a uma muito maior distância da Escola, que passou a poder ir às aulas e retornar quotidianamente a suas casas, sem efetuar despesas de alojamento, impossíveis de custear pela maior parte dos seus pais. Enquanto foram encontrados 163 alunos dos dois sexos do Curso Industrial filhos de membros deste sector, já no Curso Comercial eles elevaram-se a 278. O número de profissões cresceu, sendo de 30 para o primeiro caso e de 48 para o segundo. É possível dizer que as mais participativas, com dez ou mais componentes, foram as que já vinham dos períodos anteriores, com alguns acrescentos: no Curso Industrial – marítimo (21 indivíduos), estucador, carpinteiro, pedreiro, sapateiro e caiador; no Curso Comercial – carpinteiro (34 elementos), marítimo, sapateiro, pedreiro, estucador, alfaiate, marceneiro, padeiro e pintor. Necessário se torna salientar que, se quanto aos filhos a preferência passou a virar-se para o Curso Comercial (68,3% das matrículas), já quanto às filhas manteve-se o predomínio do Industrial (56,4%). Aliás, um pouco mais de metade das profissões de pais de alunos da variante comercial, não apresentaram nenhuma filha, enquanto isso só aconteceu a cerca de 1/3 da variante industrial. As profissões paternas, com cinco ou mais elementos, que inscreveram filhas nesta última, foram as de marítimo (13), sapateiro, alfaiate e caiador, enquanto apenas os sapateiros, com cinco elementos, se distinguiram na outra variante.

⁴⁰ Por razões de comodidade e de fluidez nas comparações entre os vários períodos estudados, continuar-se-á a designar os vários cursos virados para a formação industrial e artesã, criados a partir de 1925, de Curso Industrial e não se distinguirá o Curso de Comércio do Curso Elementar do Comércio que lhe sucedeu, como já foi assinalado, utilizando-se sempre o primeiro termo.

⁴¹ Estes valores devem-se, essencialmente, aos alunos, já que 69,6% fizeram essa opção. Já quanto às alunas a sua divisão pelos dois tipos de formação oferecida foi praticamente simétrica, inscrevendo-se no Curso Comercial 49,2% do total.

Os militares, empregados de Serviços, funcionários públicos e comerciantes, surgem, nas posições seguintes, entrelaçados nos dois Cursos. Os membros das Forças Armadas e militarizadas, representaram 14,9% no Curso Industrial e 13,7% no Curso Comercial. A aposta numericamente dominante residiu no Curso Comercial, verificando-se algumas alterações profundas na composição do sector. Assim, os sargentos passaram a ser os mais representados, nos dois casos, bem à frente dos oficiais, aparecendo, pela primeira vez, um número significativo de cabos e soldados, não só da GNR e da GF, mas também do Exército e da Marinha. Quanto às filhas, os sargentos foram os que procuraram mais a formação industrial, seguidos pelos cabos e soldados, e só depois os oficiais, enquanto estes inverteram os termos na formação comercial, à frente dos sargentos e dos cabos e soldados. Aliás menos filhas foram matriculadas nesta do que naquela. Os funcionários públicos, pelo seu lado, foram os terceiros mais representados no Curso Industrial e apenas os quintos no Curso Comercial. Tal como os militares, a sua importância percentual reduziu-se, comparada com o sucedido na República, nos dois casos. Se entre os alunos dominou a procura do Curso Comercial, entre as alunas predominou a do Curso Industrial. Atendendo à distribuição hierárquica dos pais, a procura deste último continuou a ser de profissões mais perto da base do que a do Comercial. Os empregados de Serviços, quarto sector mais importante no Curso Industrial, com 13,6%, e segundo no Curso Comercial, com 15,9%, optaram decididamente pela inscrição neste, mesmo quando estiveram as filhas em causa. Os ferroviários destacaram-se ainda na frente das profissões que matricularam jovens nos dois Cursos. Assim, no Comercial, no grupo de profissões com sete ou mais elementos, apresentaram 81 indivíduos, seguido dos empregados comerciais, empregados bancários, escriturários, guarda-livros e motoristas, para além de mais 15 profissões, enquanto no Industrial, reuniram 32 indivíduos, seguidos dos empregados comerciais e dos escriturários, para além de mais 13 profissões. Quanto às filhas, no entanto, se os ferroviários foram os primeiros na formação industrial, na comercial foram ultrapassados por empregados bancários e comerciais. Finalmente, os comerciantes, quartos mais representados no Curso Comercial e quintos no Industrial, melhoraram, comparativamente com o período anterior, ligeiramente a sua importância percentual. Para eles houve uma aposta decisiva no Curso Comercial (80,2% dos casos), tanto para os filhos, quanto para as filhas.

Os restantes grupos, com excepção dos agricultores no Curso Comercial, com 8,5% e os industriais, com 5,6% no Curso Industrial, valeram todos menos de 4%. Os agricultores incrementaram mesmo a sua importância e participação, especialmente naquele Curso, sendo o sector que mais beneficiou da já referida ampliação da área geográfica de atracção da Escola Industrial e Comercial. Continuou, no entanto, a manifestar-se a sua aversão a procurarem incrementar a formação das filhas, já que, no conjunto dos dois Cursos, só matricularem dez. Os industriais tiveram comportamentos diversos – diminuindo na formação comercial e aumentando na formação industrial. Iniciaram a matrícula de filhas no Curso Comercial e fizeram-no com expressão numérica superior ao do outro Curso. Os proprietários diminuíram ainda mais o seu empenho neste

tipo de Ensino, continuando a predominar os vianenses, embora tivessem inscrito pela primeira vez um pequeno grupo de jovens raparigas. Os professores, com os primários surgindo como habitualmente em maior número, optaram decisivamente pelo Curso Comercial, embora não tanto como outros grupos. Os filhos dos profissionais liberais quase desapareceram da Escola, sendo apenas matriculados, na totalidade, dezasseis no Comércio e seis na Indústria, dos quais apenas três eram raparigas. Os engenheiros tornaram-se decisivamente a profissão mais representada, à frente dos advogados e dos médicos.

Quando analisamos os dados comparativos dos três Cursos relativos às opções paternas de matrícula das suas filhas e filhos, verificamos que, por ordem decrescente de importância, os profissionais liberais, os professores, e os proprietários matricularam mais alunos no Liceu⁴² do que na Escola Industrial e Comercial, sendo, em todos os casos, a segunda preferência a do Curso Comercial. Todos os outros sectores deram preferência à escolha do Curso Comercial, nuns casos não alcançando os 50%⁴³, e noutros ultrapassando-o.⁴⁴ Apenas para os operários/artesãos e os industriais, a primeira opção foi a frequência do Curso Industrial, tendo para as domésticas o mesmo peso do Curso Liceal, curso este que constituiu a segunda escolha dos restantes cinco sectores.

A média de filhos por pai em cada Curso modificou-se ligeiramente, intensificando-se no Curso Liceal, para 1,6 e no Comercial para 1,5, e descendo no Curso Industrial para 1,3. Voltando ao gráfico 3, é perceptível o crescimento da percentagem de estudantes liceais com irmãos no Ensino Técnico – 32,7% do total – e a forte queda nos Cursos técnicos – para 20,7% no caso do Comercial e 15,4% quanto ao Industrial. Esta é uma dissonância significativa e não verificada nos períodos anteriores. Por outro lado, diminuiu ligeiramente, entre a totalidade dos pais, a percentagem dos que inscreveram filhos em pelo menos dois cursos, tendo-se situado em 12,9%.

No interior do grupo de pais a que se acabou de fazer menção, apenas 14,6% inscreveu um único filho, ou filha, nas duas escolas, mostrando este facto que essa atitude, que tinha sido marcante nos períodos anteriores, passou a assumir um carácter pouco significativo. Pelo contrário, no outro extremo, o de pais com quatro ou mais filhos inscritos nas referidas escolas ampliou-se para 21,2%⁴⁵ e, se alargarmos o âmbito àqueles que matricularam pelo menos três filhos, alcança-se um universo de 43%.

⁴² Com, respetivamente, 74,1%, 60,8% e 54,8%.

⁴³ Funcionário público, com 40,3%, militar, com 40,6%, industrial, com 41% e comerciante, com 49%.

⁴⁴ Doméstica, com 52,9%, empregado de Serviços, com 53,1%, operário/artesão, com 57%, e agricultor, com 61,5%.

⁴⁵ Entre os membros dos vários sectores que matricularam quatro ou mais filhos, sendo o máximo de nove, contabilizam-se: dezoito comerciantes, dezassete funcionários públicos, doze militares, seis empregados de Serviços, quatro operários e artesãos, quatro

Neste grupo de pais destacaram-se quatro sectores: com 17%, cada um, os empregados de Serviços (muito particularmente empregados bancários, empregados comerciais e guarda-livros) e os funcionários públicos (especialmente notários, funcionários dos Correios, amanuenses e escriturários); com 15,5%, os comerciantes e com 14,2%, os militares (com predomínios dos oficiais sobre os sargentos, para além de um soldado). É de salientar a mudança de rumo dos empregados de Serviços, que procuraram inserir filhos seus num ou noutro dos dois ramos de Ensino Secundário.

O sector dos trabalhadores industriais e artesanais por conta de outrem diminuiu ainda mais a sua participação, encabeçando, no entanto, o conjunto dos restantes sectores, em que apenas os industriais e os professores cresceram.

Investimentos familiares e destinos socioprofissionais dos alunos – alguns estudos de caso

No Anexo 1 são apresentados, sob a forma de quadros, cerca de uma vintena de casos pretendidamente exemplares, uns por serem representativos do comportamento de muitos de entre as centenas de pais que tiveram três ou mais filhos a estudar nas duas Escolas vianenses e outros pelo seu carácter raro ou único.⁴⁶ Procedeu-se, para além disso, de modo que todos os sectores profissionais estivessem representados, bem como se distribuíssem ao longo de todo o período analisado.

A análise muito detalhada deste conjunto de quadros torna-se impossível no contexto de um trabalho com os objetivos deste. No entanto, não esquecendo o carácter representativos dos exemplos, verifica-se, desde logo, que a maioria dos pais investiu muito mais em munir os seus filhos do que as suas filhas com o Ensino Secundário, tendo tal sucedido em qualquer dos três Regimes estudados, embora com maior ênfase na parte final da Monarquia. Para além disso, se muitos estudantes do sexo masculino foram inscritos a dois cursos, tal sucedeu rarissimamente entre as suas colegas. Ou seja, se a eles era dada uma segunda oportunidade, no caso em que tinham tido insucesso no primeiro Curso, ou a possibilidade de acederem a um acréscimo de formação, em relação a elas isso praticamente não sucedia. É necessário, ainda, destacar que, na generalidade destes casos, um dos Cursos frequentados foi sempre o Liceal, sendo o outro, , preferentemente, a partir da

professores, quatro proprietários, três industriais, três profissionais liberais e um agricultor. A eles ainda se somaram três indivíduos sem profissão conhecida.

⁴⁶ Em cada quadro, respeitado o carácter de anonimato que deve revestir este tipo de apresentação, é assinalada a profissão do pai, o sexo de cada um dos filhos, os cursos que frequentaram (L para Liceal, CI, para Curso Industrial e CC, para Curso Comercial), em que, no caso de surgirem dois, o da esquerda é o primeiro a que o aluno se matriculou (exceto num número escasso de casos, em que a matrícula foi simultânea nos dois Cursos) e a profissão na idade adulta do aluno, retirada, quase sempre dos Cadernos Eleitorais, e, num número restrito de casos, obtida através de informações prestadas por testemunhas locais. Quando se encontrou mais de uma profissão para o mesmo indivíduo, foi sempre referida a exercida mais proximamente do tempo presente.

década de 1920, o Curso Comercial.⁴⁷ Finalmente, é impossível, desconhecido o número de filhos que cada pai tinha, saber se o primeiro matriculado era o mais velho e se, apesar da existência de um predomínio masculino, sucedeu uma prioridade dos rapazes sobre as suas irmãs, nos casos em que os pais tiveram que decidir quais entrariam para o Ensino Secundário e quais se restringiriam ao Ensino Primário, ou nem isso.

No contexto destas famílias numerosas, as filhas foram dirigidas essencialmente para a frequência do Ensino Liceal, enquanto os filhos foram matriculados nos três Cursos, embora com ligeiro ascendente daquele.

O destino profissional destas jovens foi, para além do exercício do papel de doméstica a tempo inteiro, a docência, essencialmente no Ensino Primário, ou um emprego, geralmente de atendimento ao público, quer na Função Pública, quer nos Correios, onde o trabalho de telefonista também as podia esperar, ou, ainda, na Saúde, essencialmente enquanto enfermeiras. Estes tipos de profissões eram então considerados como aceitáveis para filhas família da pequena e, mesmo, da média burguesia, constituindo uma significativa promoção social quando se tratava, como se exemplifica nos quadros em anexo, de filhas da elite ferroviária – os maquinistas –, de um torneiro, de um empregado comercial, ou de um vendedor ambulante. Já para as filhas dos professores primários que seguiram a docência, parece estarmos em presença de uma sucessão geracional, que apareceria como lógica e digna de respeito.

Para a maioria dos estudantes do sexo masculino dos grupos socioprofissionais médios e superiores a frequência do Ensino Secundário, em qualquer das suas vertentes, serviu, principalmente, para a confirmação do seu estatuto dentro da pirâmide social, não deixando, em muitos casos, de muni-los de um certificado que lhes possibilitasse o exercício específico de uma profissão, ou de determinado tipo de profissões, consideradas adequadas a alguém com o seu estatuto, ou pelo menos, nos casos em que tinham muitos irmãos, aceitáveis por não exigirem a prática do trabalho braçal. Para os restantes a situação foi diversa, visto que representou uma oportunidade de promoção social, muito particularmente para aqueles que concluíram os seus cursos. Foi neste contexto que filhos de um guarda do gabinete de Física do Liceu se tornaram, através da aprovação liceal e dos estudos superiores subsequentes, um oficial do Exército e professor liceal e o outro engenheiro, enquanto os seus irmãos, que estudaram essencialmente no Curso Comercial, foram um funcionário público de grau médio, e o outro empregado comercial. Destinos similares aos de dois filhos de um maquinista dos Caminhos-de-ferro e paralelos a filhos de um vendedor ambulante, de um funcionário judicial, de um empregado comercial, ou de um torneiro. Assinale-se, ainda, que destinos diversos podiam ter os jovens com muitos irmãos, tais como os quatro, de uma família de nove filhos de um notário, ou os sete rapazes, com uma só irmã, filhos de um engenheiro, reafirmando o estatuto, na sua maioria, mas, como casos excepcionais, exercendo profissões

⁴⁷ Apenas num número muito restrito de casos o aluno se matriculou nos três Cursos. Nenhum caso se verificou com um aluno que tivesse tido dois ou mais irmãos também a frequentar as duas Escolas.

manuais. O mesmo podia suceder com os filhos dos dois agricultores apresentados, boa parte dos quais continuou a atividade paterna, tendo um divergido para estucador, outro para empregado de Seguros e o último para uma das atividades mais respeitada no mundo rural – padre. Finalmente, se os professores liceais muitas vezes não conseguiam que os seus filhos passassem para além de serem empregados intermédios nos Serviços, como se verifica no exemplo apresentado, ou na Função Pública, só por exceção se vê isso suceder com os filhos de médicos, ou de advogados, que habitualmente completavam um curso de Ensino Superior ou Politécnico, ou alcançavam um estatuto equivalente.

Algumas considerações finais

Conclui-se aqui uma deambulação questionadora sobre as tendências gerais e específicas, que marcaram o comportamento de um número significativo das famílias residentes no distrito de Viana do Castelo, enquanto público interessado, relativamente à inscrição e frequência dos seus filhos no Liceu e na Escola de Ensino Técnico, tendo em conta as variantes que esta apresentou, instaladas na sede do Distrito. Ela iniciou-se num ano, 1888, em que o Liceu, já em funcionamento há 35 anos, passou a ter a seu lado a Escola de Desenho Industrial.

Ao longo das primeiras dezenas de anos, a esta Escola acorreu essencialmente um conjunto de estudantes que não podia, por motivos económicos, sociais e etários, ou/e não desejava frequentar o Ensino Liceal. Para alguns, no entanto, ela foi uma instituição de Ensino que lhes forneceu conhecimentos técnicos e artísticos úteis não lecionados no Liceu que frequentavam. De qualquer modo, não encontramos dois mundos totalmente compartimentados quanto à origem socioprofissional dos seus alunos. Claro que a Escola de Desenho foi a escolha, que diríamos óbvia, dos pais operários e artesãos, só que é impossível esquecer que eles também representavam, na charneira entre os séculos XIX e XX, cerca de 10% dos progenitores dos estudantes liceais. Na outra face da moeda – o Liceu - algo de semelhante se poderia afirmar relativamente a agricultores, proprietários e profissionais liberais, que também puseram pequenos núcleos dos seus descendentes a estudar na Escola.

A criação do Ensino Comercial, em plena Primeira República, veio alterar significativamente o jogo da oferta, passando este a constituir-se para bastantes elementos das elites locais, principalmente os ligados ao comércio e ao funcionalismo público, uma alternativa aceitável e até vantajosa quando comparada com o Ensino Liceal, muito particularmente se não pretendiam que os seus filhos cursassem a Universidade. Este processo não foi imediato, mas antes gradual, o que levou a que só se concretizasse definitivamente já na década de 1940.

Dois sectores tiveram uma intervenção que, com exceção do Curso Comercial, percentualmente se foi esbatendo com o decurso dos anos – operário/artesão e agricultor. As sucessivas crises económicas, nos dois casos, a desestruturação das relações económicas nos campos, para os segundos, e a lenta transformação de

produtores independentes ou de trabalhadores de pequenas oficinas em operários de unidades maiores, onde os salários eram menos substanciais e a autonomia tinha desaparecido, quanto aos primeiros, foram relevantes para este processo. Os proprietários sofreram, essencialmente pelas mesmas causas dos agricultores a que se deve acrescentar a desvalorização do sector rentista urbano, um processo relativamente similar, marcado, é certo, por mais hesitações e um menor impacto na curva percentual descendente.

O aumento da importância das Forças Armadas e o forte crescimento das militarizadas, em consequência da Primeira Guerra Mundial e da implantação do Estado Novo, bem como o desenvolvimento da burocracia privada, entre outras profissões do sector terciário, foram determinantes para o constante acréscimo da procura, em qualquer dos três cursos, por parte dos militares e dos empregados de Serviços. Inicialmente os funcionários públicos também se integraram neste movimento, mas é notória uma desaceleração total, a partir do início do Estado Novo. Este fenómeno não pode deixar de ligar-se ao facto da real diminuição dos salários destes trabalhadores operada por Oliveira Salazar, pouco tempo após ter assumido o controlo das Finanças Públicas. Já os professores, apesar de sofrerem as mesmas dificuldades, mas ancorados no significativo aumento numérico dos seus efetivos, desenvolveram um processo de crescimento constante e consolidado no Curso Industrial e, especialmente, no Curso Liceal.

Os comerciantes e os industriais participaram, da mesma forma, deste ritmo de crescimento permanente, devido ao aumento do número dos seus membros, mas também das disponibilidades económicas dos que não habitavam no concelho sede, para sustentarem a estadia dos seus filhos, apoiados também na assinalada melhoria da rede de transportes, que ampliou generalizadamente a possibilidade de captação de públicos para as duas instituições. No concernente aos profissionais liberais, se integraram este processo intensificador quanto ao Liceu, os seus filhos quase desapareceram do Curso Industrial no Estado Novo e acorreram sempre de forma muito limitada ao Curso Comercial.

Nas duas Escolas vianenses, como na generalidade do País, o verdadeiro arranque da participação feminina no Ensino Secundário verificou-se ao longo da Primeira República, exceto quanto ao Curso Comercial, em relação ao qual esse movimento só sucedeu já entrado o Estado Novo. Alguns pais apostaram na formação de uma única filha, sem se ter encontrado irmãos, que podem, ou não, terem existido. No entanto, revelou-se mais usual que elas integrassem um grupo de dois a nove irmãos, dos dois sexos, mas maioritariamente com predomínio masculino.

Como se salientou, cerca de um em cada dez pais matriculou filhos em mais de um Curso, para além de ser ainda maior a proporção daqueles que tiveram mais de um filho num determinado Curso. Com o correr do tempo, embora tivessem mais peso os pais de dois filhos nessa situação, foi-se incrementando a importância do conjunto com três ou mais filhos, de tal forma que no Estado Novo passaram a constituir o grupo mais relevante. Foi sobre eles que incidiu mais especificamente o nosso foco de estudo, possibilitando, através da

utilização de casos exemplares, o desvendar de estratégias familiares específicas dos vários sectores socioprofissionais, que souberam utilizar as várias variantes do Ensino Secundário como meio de promoverem educativa, social e profissionalmente os seus filhos e filhas, ou de confirmarem um estatuto de origem que, com o decurso do período em análise, já não dispensava a aprovação neste nível de Ensino.

Anexo1: Pais com mais de dois filhos no Ensino Liceal e no Ensino Técnico

Período de observação:1894/1910		Profissão do pai: Capitão	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
F	CI	Doméstica	
M	CI+L	Sargento do Exército	
M	L	Empregado bancário	
M	L	Oficial do Exército	

Período de observação:1897/1905		Profissão do pai: Proprietário	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	L	Proprietário	
M	L	Empregado bancário	
M	CI	Industrial	

Período de observação:1899/1914		Profissão do pai: Cabo do Mar	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	CI	Tipógrafo	
M	L + CI	Caixeiro viajante	
F	L+CI	Professora primária	
M	CI	-	
M	L+CI	Padre	

Período de observação: 1899/1904		Profissão do pai: Carpinteiro	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	CI	Carpinteiro	
M	L	Negociante	
M	L	Carpinteiro	

Período de observação: 1901/1915		Profissão do pai: Funcionário do Liceu	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	L	Oficial e Professor liceal	
M	L	Engenheiro	
M	CC	Empregado comercial	
M	CC+L	Funcionário público	

Período de observação: 1901/1912		Profissão do pai: Maquinista dos Caminhos-de-ferro	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	CI+L	Oficial do Exército	
F	L	Professora primária	
F	L	-	
F	L	Funcionária dos Correios	
M	CI+L	Funcionário judicial	

Período de observação: 1906/1915		Profissão do pai: Agricultor	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	CI	Estucador	
M	L	Padre	
M	CI	Agricultor	

Período de observação: 1910/1922		Profissão do pai: Industrial
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
F	L	Doméstica
M	CI+ L	Comerciante
F	L	Professora primária
M	CC+L	Industrial

Período de observação: 1913/1933		Profissão do pai: Notário
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
M	CI+CC	Comerciante
M	CI	Marceneiro
F	L	Doméstica
F	L	Professora
F	L	Doméstica
M	L	Funcionário público
F	L	Professora primária
F	L	Doméstica
M	L+CC	Funcionário corporativo

Período de observação: 1916/1926		Profissão do pai: Professor primário
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
F	CC	Professora primária
F	L	Professora
F	L	Professora primária

Período de observação:1916/1926		Profissão do pai: Professor liceal	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	CC+L	Empregado de Seguros	
F	CI	Doméstica	
M	CI+L	Empregado bancário	
F	CC	Enfermeira	

Período de observação:1916/1935		Profissão do pai: Médico	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	L	Advogado	
F	L	Professora liceal	
M	L+CI	Agente técnico de Engenharia	
M	L+CC	Proprietário	

Período de observação:1923/1938		Profissão do pai: Vendedor ambulante	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	CI	Empregado comercial	
M	CI	Vendedor ambulante	
F	L	Funcionária dos Correios	

Período de observação:1926/1929		Profissão do pai: Funcionário judicial	
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta	
M	L	Empregado comercial	
M	L	Funcionário público	
M	CC	Relojoeiro	

Período de observação:1926/1929		Profissão do pai: Engenheiro	
---------------------------------	--	------------------------------	--

Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
M	L+CC	Motorista
M	CI	Industrial
M	CI	Desenhador
M	L+CC	Industrial
M	L	Feitor agrícola
F	L	Doméstica
M	CC	-
M	CC	Empregado comercial

Período de observação: 1927/1946		Profissão do pai: Agricultor
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
F	CC	Telefonista
M	L	Agricultor
M	L	Agricultor
M	CC	Empregado de Seguros

Período de observação: 1927/1942		Profissão da mãe: Doméstica
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
M	CC	Tipógrafo
F	L	Empregada dos Correios
M	CC+CI	Funcionário público

Período de observação: 1928/1938		Profissão do pai: Empregado comercial
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
F	L	Professora do Ensino Particular
M	L+CC	Escriturário

M	CC	Empregado comercial
---	----	---------------------

Período de observação:1930/1946		Profissão do pai: Professor primário
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
F	CI	Doméstica
M	L	Funcionário público
F	L	Professora primária
M	CC	Empregado bancário
F	CC	Professora primária

Período de observação:1932/1944		Profissão do pai: Torneiro
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
M	L+CC	Comerciante
M	CC+CI	Ferreiro
F	L	Professora primária
M	CC	Empregado comercial

Período de observação:1932/1947		Profissão do pai: Sargento
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
M	L	Funcionário público
M	CI	Empregado comercial
M	CC	Empregado comercial
M	CC	Empregado comercial

Período de observação:1933/1947		Profissão do pai: Comerciante
Sexo do aluno	Cursos frequentados	Profissão na idade adulta
F	L	Doméstica

M	CC	Comerciante
F	CI+CC	Funcionária pública
F	CC	Doméstica
M	CC	Comerciante
F	CC	Doméstica

Fontes

Arquivo da Escola Secundária de Santa Maria Maior

Livros de termos de matrícula – de 1888/1889 a 1947/1948

Livros de atas do Conselho Escolar – de 1884 a 1948

Livros de atas do Conselho dos professores efetivos – de 1918 a 1934

Copiadores de correspondência expedida - 1886 a 1949

Copiadores de correspondência recebida - 1882 a 1948

Arquivo Distrital de Viana do Castelo:

Fundo da Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares:

Livros de termos de matrícula – de 1888/1889 a 1947/1948

Boletins de frequência e de aproveitamento – 1931/1932 a 1947/1948

Livros de atas do Conselho Escolar – de 1925 a 1948

Copiadores de correspondência expedida - 1892 a 1950

Copiadores de correspondência recebida - 1932 a 1948

Copiadores de correspondência expedida e recebida - 1926 a 1947

Livros de registo da correspondência recebida - 1926 a 1947

Arquivos Municipais de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira

Cadernos de Recenseamento Eleitoral de 1861 a 1957

Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

Cadernos de Recenseamento Eleitoral de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira de 1864 a 1970

Bibliografia

- Alves, Luís Alberto Marques, Pedro Rodrigues de Sousa, Teresa Torrinhas e Araújo Morais, e Francisco Miguel Veloso. *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009.
- Azevedo, Rodrigo. "Liceu Gonçalo Velho". Em *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*, coordenado por António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara. Porto: Edições Asa, 2003: 748-769.
- Azevedo, Rodrigo. *O Ensino Liceal e Técnico e a Sociedade no Minho (1845-1947)*. 2 vols. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho, 2004.
- Barroso, João. *Os Liceus – Organização pedagógica e administração (1836-1960)*. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- Nóvoa, António. *Le Temps des Professeurs - Analyse Sociohistorique sur la Profession Enseignant au Portugal (XVIIIe-XXe siècles)*. Lisboa: INIC, 1987.
- Nóvoa, António, e Ana Teresa Santa-Clara, coord. (2003). *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*. Porto: Edições Asa, 2003.
- Ó, Jorge Ramos do. *Ensino Liceal (1836-1975)*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009.